

HT-04

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
CURSO DE HISTÓRIA

**AGRICULTURA E MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO NA
EXTENSÃO RURAL: CASO DO DISTRITO DE ANGÓNIA**

"Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane"

Autor: Jorge Miguel Anselmo
Supervisor: Prof. Dr. Yussuf Adam

Maputo, Maio de 2000

631 : 316.77
A 618a

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	27410
DATA	21 Dezem 00
AQUIÇÃO	Oferta
COTA	HT=4



Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Agradecimentos

Agradeço com toda sinceridade ao meu supervisor Prof. Dr. Yussuf Adam pela atenção que sempre dedicou ao meu trabalho e por ter me disponibilizado material da sua colecção pessoal.

É meu dever também agradecer aos docentes do Departamento de História da Faculdade de Letras que ao longo do curso puderam transmitir conhecimentos que me permitiram realizar este trabalho.

Os meus agradecimentos vão também para as seguintes pessoas e instituições: a Emmy Boster (da Direcção Nacional de Extensão Rural), José Carlitos Saugene (chefe dos Serviços Provinciais de Extensão Rural-Tete), Antony Van de Loo (da DANIDA-Tete), Carlos Gonçalves (da Direcção Provincial da Agricultura e Pescas-Tete), Estevão Kanhandula (director distrital da agricultura e pescas-Angónia), ao pessoal da Biblioteca da Direcção Nacional de Extensão Rural, do CDA (Centro de Documentação Agrária), da Biblioteca da Faculdade de Agronomia, Centro de Documentação do CEA (Centro de Estudos Africanos), do Arquivo Histórico de Moçambique e da Fitatêca e Documentação da Rádio Moçambique.

E não em último lugar, agradeço ainda aos camponeses e líderes locais da Angónia, à colegas e amigos.

Didactória

À memória dos meus irmão Pedro e Luis. Aos meus pais, irmãos e sobrinhos, pelo encorajamento e apoio incondicional, e à Anne, pela paciência.

Resumo

O objectivo deste trabalho é procurar entender como evoluiu a comunicação na extensão rural em Moçambique, em particular no distrito de Angónia, no período posterior à independência. Como objectos de referência tomo dois períodos de políticas de desenvolvimento diferentes: o período de socialização do campo e pós-socialização do campo.

O resultado obtido a partir deste trabalho é o conhecimento da evolução da agricultura em Moçambique, no geral, e na Angónia, em particular, e com este conhecimento visualizar a maneira como eram desenvolvidos os programas de extensão e comunicação na extensão rural, seus métodos, os planificadores e os seus executores.

A conclusão obtida neste trabalho se resume no facto de a reunião ter sido o método de comunicação na extensão mais usado no período posterior à independência em Moçambique e em particular no distrito de Angónia, apesar de ter havido mudanças no contexto político, económico e social no país.

A permanência da reunião como método de comunicação na extensão mais usado explica-se com o facto de , sendo ela um grande método de mobilização e persuasão, haver nos dois períodos a necessidade de mobilizar os camponeses de modo a se envolverem nas actividades de extensão rural.

A metodologia usada consistiu na pesquisa bibliográfica, entrevistas individuais e colectivas.

QUADRO RESUMO DA TESE DE LICENCIATURA

PERÍODO	MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO AGRÁRIA*	CONTEÚDO	ACTORES			
			Planificadores	Executores	Facilitadores de contacto	Destinatário
Socialização do campo (1977-1986)	<p>Métodos individuais, -Extensionista-agricultor de contacto</p> <p>Métodos de grupos -demonstração prática -reuniões de grupos***</p> <p>Método de comun. de massas -diapositivos</p>	<p>Conselho técnico -Fatura de fileiras de milho, feijão...¹ -espaçamento da sementeira de milho, feijão...¹ -Preparação e uso de fertilizantes(esturme curtido), -reflorestamento pluvier-zação e armazenamento Formed. de insumos -sementes, enxadas e lavoura por tractor.</p>	<p>-MINAGRI (Projectos CO-1; CO-2; FO-7 Projecto-7; DDR; DNDR).</p>	<p>-Redes de extensão de: -Secretarias de estado de cajú e do algodão; -Empresas estatais; -Zonas verdes das cidades; -Direcções prov. E dist. de agricultura, AGRICOM, CRED, CPFA, -Extensionistas de campo.</p>	<p>-Secretários de aldeias e presidentes das Assembleias de Localidade</p>	<p>Camponeses dos sectores cooperativo e familiar.</p>
Pós-socialização do campo (1987-1997)	<p>Métodos individuais -vistos(a machamba, a família...) Extensionista-agricultor de contacto</p> <p>Métodos de grupos -demonstração prática - -demonstração de resultados -dias de campo -vistas colectivas -reuniões de grupos** Métodos de comun. de massas -cartazes, folhetos e albuns -seriados.</p>	<p>Conselho técnico -reflorestamento, fertilidade dos solos -viveiros de hortícolas melhorados -variedades de batata(reno e doce), e de feijão -programas de pessegueiros e de citrinos</p>	<p>-DNDR/DPA- SPDER/SPER e ONG(S).</p>	<p>-Executores SPDER/DDA -Extensionistas de campo</p>	<p>-Líderes locais (Mpfungo, Nduna, Chiwanga e Nyakwawa)</p>	<p>-Destinatários -camponeses do sector familiar e agricultores privados</p>
Observação	<p>*entendo que cada método de extensão é um método de comunicação, uma vez que "sem comunicação não há extensão".¹</p> <p>**A reunião é a mais usada, segundo as conclusões do trabalho de campo.</p>					

¹ -DNER/MAP, "estratégia de comunicação: Plano director", Maputo:DNER, 1997.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGRICOM-Empresa de Comercialização Agrícola
AHM-Arquivo Histórico de Moçambique
BPD-Banco Popular de Desenvolvimento
CAIA -Complexo Agro-Industrial de Angónia
CDA-Centro de Documentação Agrária
CEA-Centro de Estudos Africanos
CFA-Centro de Formação Agrária
CPFA-Centro Provincial de Formação Agrária
CRED-Centro Rural de Experimentação e Desenvolvimento
DANIDA-Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional
DDAA-Direcção Distrital de Agricultura de Angónia
DEA-Direcção de Economia Agrária
DH-Departamento de História
DNDR-Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural
DNER-Direcção Nacional de Extensão Rural
DPAP-Direcção Provincial de Agricultura e Pescas
FRELIMO-Frente de Libertação de Moçambique
ICS-Instituto de Comunicação Social
INIA-Instituto Nacional de Investigação Agronómica
MAP-Ministério da Agricultura e Pescas (antigo MINAGRI-Ministério da Agricultura)
MECANAGRO-Empresa Estatal que controlava a maior parte do parque de máquinas agrícola
MONAP-Programa Agrícola Moçambique-Países Nórdicos
PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE-Programa de Reabilitação Económica
RENAMO-Resistência Nacional Moçambicana
RM-Rádio Moçambique
SIDA (ASDI)-Agência Suéca de Desenvolvimento Internacional
SPDER-Serviços Provinciais de Desenvolvimento e Extensão Rural
SPER-Serviços Provinciais de Extensão Rural
UEM-Universidade Eduardo Mondlane
ONG's- Organizações Não Governamentais

ÍNDICE

CONTEÚDOS	PÁG.
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: PROBLEMÁTICA,JUSTIFICAÇÃO,METODOLOGIA E LIMITANTES.....	5
1.1.Problemática.....	5
1.2.Justificação.....	5
1.3.Metodologia.....	6
1.4.Limitação.....	7
CAPÍTULO II: CONCEITOS:COMUNICAÇÃO, EXTENSÃO RURALCOMUNICAÇÃO NA EXTENSÃO E MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO NA EXTENSÃO	8
2.1.Comunicação.....	8
2.2.Extensão rural.....	10
2.3.Comunicação na extensão rural.....	12
2.4.Métodos de comunicação na extensão.....	14
2.4.1.Métodos individuais de comunicação na extensão.....	15
2.4.2.Métodos grupais de comunicação na extensão.....	16
CAPÍTULO III: AGRICULTURA E A EXTENSÃO RURAL NO PERÍODO PÓS- INDEPENDÊNCIA.....	19
3.1.Situação da agricultura a data da independência.....	19
3.1.1.O sector familiar.....	19
3.1.2.O sector privado.....	20
3.1.3.A interligação entre os sectores familiar e privado.....	20
3.1.4.A extensão rural.....	22
3.2.A agricultura no período de socialização do campo.....	23
3.2.1.A política agrária no período de socialização do campo.....	23
3.2.2.A extensão rural no período de socialização do campo.....	28
3.2.3.A organização da extensão no período de socialização do campo.....	30

3.3. A agricultura no período pós-socialização do campo.....	32
3.3.1. A política agrária no pós socialização do campo.....	32
3.3.2. A extensão rural no pós-socialização do campo.....	35
3.3.3. A organização da extensão no período pós-socialização.....	39
CAPÍTULO IV: A AGRICULTURA E MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL: CASO DO DISTRITO DE ANGÓNIA.....	
4.1. O distrito de Angónia.....	41
4.1.1. Situação físico-geográfica.....	41
4.1.2. Origem da população.....	42
4.2. A agricultura no distrito de Angónia.....	44
4.2.1. A agricultura no período pré-colonial.....	44
4.2.2. As técnicas de cultivo no período pré-colonial.....	46
4.2.3. A instalação dos colonos na Angónia.....	47
4.2.4. As relações entre os camponeses e o sistema capitalista colonial.....	49
4.2.5. A extensão rural no período colonial na Angónia.....	50
4.3. Angónia no período de socialização do campo.....	52
4.3.1. Cooperativas agrícolas na Angónia.....	52
4.3.2. Aldeias comunais na Angónia.....	54
4.3.3. Machambas estatais.....	55
4.4. O CAIA e a extensão rural.....	56
4.4.1. Métodos de comunicação na extensão no CAIA.....	59
4.5. Angónia no período pós-socialização do campo.....	63
4.5.1. Situação da agricultura.....	63
4.5.2. Organização da rede de extensão na Angónia.....	64
4.5.3. Métodos de comunicação na extensão rural.....	70
CAPÍTULO V: A MUDANÇA DE UMA ESTRATÉGIA E A PERMANÊNCIA DE UM MÉTODO.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	80
LISTA NOMINAL DOS ENTREVISTADOS NO CAMPO.....	84

INTRODUÇÃO

Esta dissertação resulta de uma pesquisa documental e de um trabalho de campo sobre a agricultura e comunicação na extensão rural em Moçambique, particularmente no distrito de Angónia, província de Tete.

Logo no começo deste trabalho referir que a abordagem à extensão rural é aqui restrita à extensão agrária.¹

O meu maior interesse está nos métodos que o extensionista do campo, usa com mais frequência para transmitir uma ideia sobre inovações agrícolas aos camponeses, ou seja, o meio através do qual as inovações agrícolas são dadas a conhecer à população rural.²

Para conseguir esse objectivo, tomo o extensionista, como fonte de informação, o ponto de partida para o processo de comunicação na extensão.³ Mas apesar disso, não ponho em causa alguns especialistas de extensão rural que vêem o extensionista como uma "ponte" de comunicação entre os centros de investigação e os camponeses.⁴ Só que, mesmo assim, ele continua sendo uma fonte de comunicação, por ser ele o veiculador da mensagem dos centros de investigação para os camponeses e destes para os centros de investigação.

Ao considerar o extensionista como fonte de informação, o que me importa são os métodos que ele usa frequentemente para transmitir as inovações agrícolas aos produtores no campo.

¹ . Isto porque a extensão rural pode-se referir também ao trabalho que se desenvolve noutros sectores como o da saúde, indústria e água.

² . Isto numa situação em que não existem meios de comunicação de massas, como a Rádio e o Jornal, que ultimamente são muito usados nos programas de extensão rural nalguns países com resultados satisfatórios.

³ . Esta abordagem é também feita por Burton E. Swanson, Extensão rural: Manual de referência, Roma: 1991: 77.

⁴ . Sobre este assunto, leia INIA, "Comunicação no INIA: Ligação entre investigação e extensão", Maputo: Ministério da Agricultura/ Projecto FAO, 1992 e Marcelino Alves e Leite Vasconcelos "Estratégia de comunicação para extensão", Maputo: DNDR/MAP.

O distrito de Angónia foi o campo de estudo.

No seu III Congresso, em 1977, a Frelimo escolheu o socialismo como modelo de desenvolvimento. Nesta perspectiva, para as zonas rurais seguiu-se a política de socialização do campo.⁵

Essa política visava concentrar a população nas Aldeias Comuns e na criação de Cooperativas Agrícolas e Machambas Estatais.⁶

O objectivo da política de socialização do campo era de implementar formas de produção que não promovessem a exploração do homem pelo homem. Assim foram evitadas todas as formas que pudessem consolidar o campesinato como proprietário das explorações agrícolas.

A partir do seu III Congresso, a Frelimo inicia a implementação da política de socialização do campo. Os principais investimentos, recursos humanos e técnicos foram canalizados às empresas estatais e às cooperativas agrícolas.⁷ Esperava-se que os serviços de extensão rural e práticas mecanizadas do sector estatal beneficiassem os camponeses dos sectores cooperativo e familiar.⁸

Na Angónia, durante o período de socialização do campo, a extensão rural foi realizada pelo CAIA (Complexo Agro-Industrial de Angónia) entre 1983 e 1985.⁹

O CAIA foi uma empresa que surgiu no contexto das políticas de socialização do campo. O fim deste período não tem um marco cronológico preciso, mas sabe-se, no entanto, que o início da

⁵ . Ver, por exemplo João Mosca, "Campeinato: Transformações políticas e económicas", *Extra 1*, Maputo, Maio/Agosto, 1989.:6.

⁶ .MONAP, "Relatório de avaliação final para SIDA", Vol.I, Junho de 1990:57.

⁷ . Ministério das Finanças, "Relatório sobre a situação actual do desenvolvimento agrícola e proposta de alteração a política de crédito", Maputo: Ministério das Finanças, 1978:6

⁸ . Ver Hans Abrahamsson, Moçambique em transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1982, Maputo:CEEI-ISRI, 1994:34.

⁹ . Ruud Ludmann, "Relatório sobre as actividades do serviço de extensão no distrito de Angónia entre 1983 e 1985"Maputo: Ministério da Agricultura, 1985:1 e também confirmado pelos entrevistados na Angónia- veja a lista dos entrevistados no fim deste trabalho.

implementação oficial¹⁰ do PRE (Programa de Reabilitação Económica), em 1987, marca o seu fim.

Com o PRE, entra-se, então, num novo período- o período que neste trabalho designo por período pós-socialização do campo, em que há liberalização da economia e a produção em machambas individuais é incentivada, o contrário daquilo que vinha acontecendo durante o período de socialização do campo.

Foi durante o período pós-socialização que é criada a DNDR (Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural) no Ministério da Agricultura para dar forma os serviços de extensão, antes praticados de uma maneira não planificada.¹¹

O desafio fundamental da DNDR era organizar o sistema de extensão rural e garantir mensagens básicas para os camponeses. Assim estavam criadas as condições para o arranque de uma rede nacional de extensão rural em Moçambique, no período pós-socialização do campo¹².

No distrito de Angónia existe uma rede de extensão que até 1997 tinha um total de sete extensionistas de campo.¹³ Estes extensionistas têm como principais actividades a emissão de mensagens técnicas e aconselhamento sobre temas definidos como prioritários tais como reflorestamento, fertilidade do solo, reposição de árvores fruteiras, viveiros de hortícolas melhorados, variedade de batatas (doce e reno) e feijões.¹⁴

Muitas vezes, os extensionistas de campo para emitirem uma informação sobre inovações técnicas têm recorrido à reuniões com grupos de camponeses. Assim, neste trabalho chego a

¹⁰ . Uso o termo implementação oficial, porque o discurso político quando foi anunciado o PRE era de que ele já vinha sendo implementado no país, desde o IV Congresso da FRELIMO realizado em 1983.

¹¹ .Sobre a criação da Direcção Nacional de Extensão Rural veja Boletim da República Nº12, Diploma Ministerial Nº41/87 de 25 de Março:51.

¹² . Refiro a rede de extensão do sector público porque para além desta existem redes de empresas privadas e de ONG's.

¹³ . Manuel Chá, entrevista, Ulónguè 03.03.98; Estevão Kanhandula, entrevista, Ulónguè 15.03.98.

¹⁴ .Segundo o levantamento sobre sistemas de produção na Angónia-informação de Estevão Kanhandula, entrevista, Ulónguè 15.03.98; Carlitos saugene, entrevista, Tete, 26.02.98.

conclusão de que a reunião foi até 1997 o método de comunicação na extensão mais usado quer no período de socialização do campo quer no período pós-socialização.

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira:

Capítulo I- "Problemática, justificação, metodologia e limitantes". Nesta parte, para além de se definir o problema em investigação, procura-se justificar a pertinência do mesmo, a metodologia seguida para se encontrar resposta para o problema e as dificuldades encontradas.

Capítulo II- "Conceitos: Comunicação, Extensão Rural, Comunicação na Extensão e Métodos de Comunicação na Extensão", em que se procede a definição de cada um destes conceitos e explica-se o seu relacionamento.

Capítulo III- "Agricultura e a Extensão Rural no Período Pós-Independência" em que se identifica as fases históricas da agricultura em Moçambique e o estágio da extensão rural em cada uma destas fases.

Capítulo IV- "A agricultura e Métodos de Comunicação na Extensão Rural: Caso do Distrito de Angónia". Neste capítulo, para além de se identificar os aspectos físico-geográficos, as fases históricas da agricultura, as relações entre os camponeses e o sistema capitalista colonial, mostram-se as práticas de comunicação na extensão rural durante os períodos de socialização do campo e pós-socialização do campo.

Capítulo V- "Mudanças de uma Estratégia e a Permanência de um Método", em que conclui que, apesar de se ter mudado a estratégia de desenvolvimento rural baseada na política de socialização para promoção de agricultores individuais e de cooperativas, a reunião continua a ser empregue na comunicação na extensão rural em Moçambique, em particular no distrito de Angónia.

CAPÍTULO I: PROBLEMÁTICA, JUSTIFICAÇÃO, METODOLOGIA E LIMITANTES

1.1. Problemática

Esta dissertação procura responder as seguintes questões:

- qual é o método de comunicação na extensão rural mais usado no país, no distrito de Angónia em particular?
- o método mais usado para a difusão de tecnologias agrícolas no período de socialização do campo, em que o objectivo da estratégia de desenvolvimento rural era a criação das Aldeias Comunais, cooperativas agrícolas e machambas estatais, continua a ser o mesmo no período pós-socialização do campo, cujo objectivo é a consolidação de machambas de camponeses individuais, de empresas privadas agrícolas e ainda de algumas associações e cooperativas agrícolas?
- os métodos de transmissão de informação sobre inovações tecnológicas são ou não específicos a uma dada estratégia de desenvolvimento e neste caso concreto a estratégias de desenvolvimento rural dos períodos de socialização do campo e do pós-socialização do campo?

1.2. Justificação

O tema foi escolhido pelas seguintes razões:

- o facto de haver poucos estudos sobre comunicação na extensão rural em Moçambique, em particular no distrito de Angónia;
- contribuir, através de um estudo comparativo, para uma comunicação melhorada na extensão rural em Moçambique, numa altura em que cresce a importância de uma comunicação

participativa¹⁵ para a extensão rural em Moçambique.

1.3. Metodologia

Ao longo do processo de investigação de que resulta a presente dissertação usei as principais fontes de história, ou seja, a documentação escrita e fontes orais. Na documentação escrita, consultei relatórios relativos à agricultura, produzidos pelo Ministério de Agricultura e Pescas; para além de trabalhos do âmbito científico, monografias e artigos.

Entrevistei individualmente pessoas ligadas à agricultura, líderes locais e camponeses. Reuni com dois grupos de camponeses: um na sede do Posto Administrativo de Dómuê e outro na Aldeia de Dzimeza.¹⁶ Os produtores camponeses foram seleccionados pelos chefes locais.¹⁷

As entrevistas orais destinavam-se a completar ou confrontar as informações recolhidas na documentação escrita sobre a agricultura em Moçambique. Os documentos escritos e as fontes orais deram-me um subsídio bastante valioso para a crítica da informação recolhida sobre o objecto em estudo.¹⁸ As fontes orais foram mais uteis por me terem permitido comparar os métodos de comunicação na extensão rural nos períodos de socialização do campo e no pós-socialização, uma vez que não há documentação escrita neste âmbito.

As entrevistas eram do tipo semi-estruturadas, ou seja, não foram feitas na base de um questionário rígido. Foram utilizados tópicos sobre os quais fui recolhendo a informação.

¹⁵ . Comunicação participativa no sentido de envolver os grupos alvos e vários actores de desenvolvimento rural.

¹⁶ .A escolha destas zonas deveu-se ao facto de terem sido e ainda são objecto de projectos de desenvolvimento rural. Outra região era CAIA, mas por dificuldade de transporte não foi possível a minha deslocação.

¹⁷ .Em Dómuê pelo régulo Trindade e em Dzimeza pelo Chiwanga Chairodi Biciasse.

¹⁸ . Pude confirmar que o Complexo Agro-Industrial de Angónia, CAIA, montou um serviço de extensão através das informações colhidas do documento escrito de Ruud Ludmann, "Relatório sobre ...", Op. Cit.:1 e as entrevistas com Carlos Carneiro e Manica da Costa, grupo de camponeses e extensionistas.

1.4.Limitações

1. *Metodológicas:*

- Falta de informação escrita específica sobre métodos de comunicação na extensão rural o que me obrigou a recorrer à documentação sobre extensão rural de carácter geral;

- Senti que alguns entrevistados tinham dificuldade em responder a certa perguntas, talvez por temerem conceder informações que eventualmente podem constituir motivo de perseguições por parte de algumas instituições governamentais ou privadas. São os riscos de se estar a estudar a história recente.

2. *Logísticas:*

- Falta de transporte para algumas regiões do distrito de Angónia, como para Ntengo-Wa-Mbalame, a sede do Antigo CAIA.

CAPÍTULO II: CONCEITOS: COMUNICAÇÃO, EXTENSÃO RURAL, COMUNICAÇÃO NA EXTENSÃO E MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

2.1. Comunicação

Comunicação é o processo de troca de mensagens entre duas ou mais pessoas através de canais que estabelecem significados comuns entre elas (a fonte e o receptor),¹⁹propiciando assim o diálogo entre si de modo a possibilitar a organização da sociedade.

Como afirma Daniel Bougnoux²⁰*comunicar é pôr em comum, entrar em relação*. Para este trabalho, o importante é o método que o extensionista do campo²¹ emprega para entrar em relação com os camponeses, durante a sua missão de difundir as inovações agrícola no campo.

Entretanto, é preciso notar que qualquer discussão sobre comunicação entre o extensionista do campo e os camponeses tem de partir de uma certa compreensão do contexto em que os camponeses vivem, gerem as suas explorações agrícolas e tomam as decisões do dia-a-dia. Os camponeses são indivíduos com um conjunto de características que afectam a maneira como recebem e processam informações, em que depois as usam ou não no processo produtivo. Entre as componentes do contexto, estão as relações entre os camponeses e a terra (como proprietários, rendeiros ou trabalhadores rurais), o ambiente sócio-económico em que se inserem (como as condições para obtenção de fertilizantes químicos, os pesticidas e as variedades de sementes de alto rendimento) e o ambiente social (a família, o grupo de parentesco, as agrupações religiosas e a comunidade local).²²

¹⁹ .A.W. Van Den Ban e H.S. Hankins, *Agricultural extension*, New York: Longman, 1988:97.

²⁰ . Daniel Bougnoux, "Novas formas de se estar juntos", *Correio da Unesco* 4, Abril, 1995:7

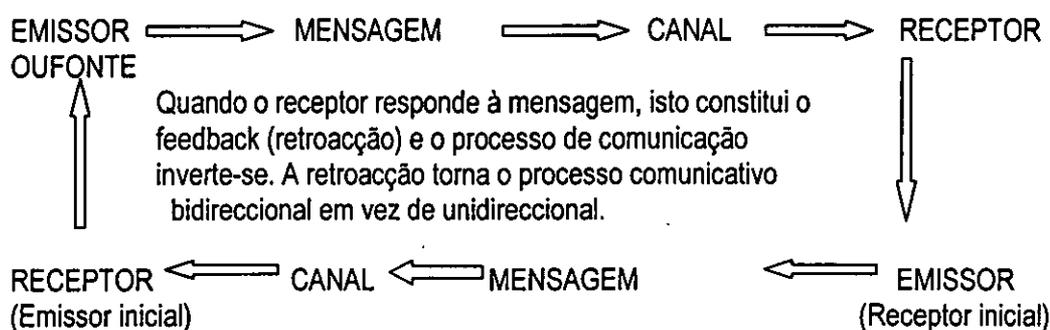
²¹ .Técnico agrícola que desenvolve a sua actividade no campo.

²² . Swanson, *Op. Cit.*:77/78.



Para além do contexto, existem outros elementos que possibilitam a partilha de informação entre o extensionista e os camponeses. Estes elementos são: o Emissor ou Fonte, o Receptor ou Destinatário, o Meio ou Canal, o Código, a Mensagem²³ e o *Feed Back*.²⁴ Atente ao esquema a seguir.

Elementos do processo de comunicação²⁵



Estes elementos existem em qualquer acto de comunicar entre os homens ou grupo humano, em qualquer lugar onde estiverem, quer na cidade quer no campo. Nenhuma sociedade é capaz de existir, nenhuma estrutura social se forma ou se mantém sem comunicação. Segundo Michael Kunczik, a comunicação representa a *própria base do processo social, porque sem comunicação não há acção organizada*.²⁶

Sendo assim, encontramos também o acto de comunicar na extensão rural, uma vez que *sem comunicação não há extensão*.²⁷ Neste trabalho, tomo o extensionista do campo como emissor

²³ J.Martins Lampreia, *Comunicação empresarial: As relações públicas na gestão*, Lisboa: Texto Editora, 1992:13; ver também Maria Piedade Gonçalves, "Glossário de termos de extensão agrária", Maputo: DNDR, Abril de 1992:10; Van Den Ban, op. Cit.: 71 e Swanson, Op. Cit.:79.

²⁴ . Sobre o significado de cada uma destas palavras veja João Martins Lampreia, Comunicação empresarial: As relações públicas na gestão, Lisboa: Texto Editora, 1992:13; Maria Piedade Gonçalves, Op. Cit.:10.; Van Den Ban, Op. Cit.:71 e Swanson, Op. Cit.:72.

²⁵ . Esquema adaptado por mim a partir do esquema de Swanson, Op. Cit.:79.

²⁶ . Michael Kunczik, *Desenvolvimento e comunicação: Acerca da importância da comunicação nos processos de desenvolvimento*, Bona: Druck Center Meckenheim, 1992:6.

²⁷ .DNDR/MAP, "Estratégia de comunicação: plano director", Maputo: DNDR, 1997:3.

ou fonte de comunicação. É claro que o extensionista depende de outros para obter a informação sobre uma inovação agrícola ou outro assunto ligado à agricultura com os quais inicia a comunicação com os camponeses.²⁸ Neste contexto, a cadeia da origem de informação é infinita, mas para efeitos práticos é útil considerar o extensionista como uma fonte, portanto, como um dos iniciadores da comunicação com os agricultores. Isso é mais sintomático num país como o nosso, bem como noutros em via de desenvolvimento, em que o extensionista é quase a única fonte nacional de informação sobre a tecnologia produtiva moderna no campo.²⁹ O receptor de maior interesse aqui, claro que é o camponês (o produtor agrícola).

2.2. Extensão rural

A extensão rural cobre todo tipo de actividades que têm como objectivo promover o desenvolvimento rural através da educação da população.³⁰

O termo "extensão rural" vem da acção de estender³¹ e, neste caso, estender os resultados das pesquisas agrícolas aos camponeses (agricultores). Assim, a extensão rural é *um processo contínuo de transmissão de informações úteis às populações[rurais] (a dimensão comunicativa) e sucessivamente a assistência a esta mesma população na aquisição dos conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias para utilizar eficazmente esta informação ou tecnologia (a*

²⁸ No caso de Moçambique entre as instituições habilitadas para isso está a UEM e o INIA.

²⁹ Confirmei isso na Angónia onde a RM mal chega. Frequentes vezes, as populações escutam as emissões da Rádio Malawi. No momento em que estava a fazer trabalho de campo estava a funcionar em regime experimental uma Rádio Comunitária do Instituto de Comunicação Social.

³⁰ Yussuf Adam, "Aula de 12 de Outubro de 1996", Faculdade de Veterinária, UEM, Maputo. Neste trabalho extensão rural quer referir somente as actividades agrárias.

³¹ João Dias Bordenave, *O que é comunicação rural?*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1983:27; ver também Yussuf Adam, "Aula de 12 de Outubro de 1996" Faculdade de Veterinária, UEM, Maputo.; Jorge António Panguene, "Quem é o extensionista rural?", Extra 2, Janeiro/Abril, 1992:1.

dimensão educativa).³²

Muitas outras definições são dadas por outros autores,³³mas acho esta mais relevante pelo facto de dar bem a imagem de estender algo à outra pessoa- o acto de "transmitir informação".Este acto, de certo modo, se aproxima ao significado etimológico do termo "extensão".³⁴

No entanto, este acto de estender algo do extensionista aos camponeses tem alimentado discussões no seio de alguns pensadores. Paulo Freire, por exemplo, nega que o trabalho do extensionista seja apenas o *de estender as suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las (...)* aos camponeses.³⁵Ele propõe para que seja feita uma problematização da situação concreta e objectiva dos camponeses de modo que captando-a criticamente, actuem também criticamente sobre ela.³⁶Desta forma, Freire nega que a tarefa do extensionista corresponda ao acto de "estender"(extensão) mas sim ao acto de comunicar,³⁷porque há esta troca de ideias ou conhecimentos entre o extensionista e o camponês.³⁸Ele parte do princípio, que o extensionista para ensinar uma determinada tecnologia precisa de conversar com os camponeses para se informar sobre o que eles já sabem, antes de lhes ensinar coisas novas. Isto quer dizer que se o extensionista quer que os camponeses o escutem e entendam-no, então, primeiro tem que escutar e entendê-los para identificar as suas necessidades.

³² Swanson, op. Cit.:1.

³³ .Veja por exemplo em Mick Moore e Yussuf Adam, "Projecto 22, zonas verdes da cidade da Beira, 1985-1986"(Relatório de avaliação), Novembro de 1988:17; P.Oakley e C. Garforth, Guia para formação em extensão, Maputo;35; Ian Macdonald and David Hearle, communication Skills for rural development, Nairo: Evans Brother Limited, 1984:3; Luis Augusto, Metodologia de extensão agrária: Filosofia, princípios e métodos, Maputo, 1993:3; Yele Yeshawalulul, Metodologia de extensão para o estabelecimento de uma rede de extensão agrária, Maputo: Janeiro de 1994; Gonçalves, Op. Cit.:16.

³⁴ .Veja como é discutido o significado do termo em Yussuf Adam, "Aula de 12 de Outubro..", op. Cit.:1/2.

³⁵ .Paulo Freire, Extensão ou comunicação? São Paulo: Editorial Paz e Terra, 1985:24.

³⁶ .Idem:24.

³⁷ .Idem:24.Veja também em Bordenave, "Extensão rural: Modelos e métodos", Rio de Janeiro: UFRR, 1995:S/p.

³⁸ .Esta troca de ideias ou de conhecimentos sempre existe, porque o objectivo de extensão é de " aconselhar aprender, aprender aconselhar"Veja Yussuf Adam, " Aula de 12 de Outubro...", Op. Cit.:3.

Neste contexto, o extensionista apenas assume o papel de iniciador e facilitador do diálogo, da troca de informações entre ele e os camponeses e entre estes sobre novas opções tecnológicas. Estas opções deverão sair de um processo de comunicação participativa em que produtores, extensionistas, investigadores e outros parceiros contribuem em conjunto para determinar os principais problemas que limitam a produção, produtividade e rendimento dos camponeses.

Nos últimos tempos dá-se muita ênfase a esta forma de fazer comunicação na extensão. A norma tradicional do processo de comunicação caracterizava-se pelo seu carácter unidireccional, isto é, no sentido de predominio da fonte da mensagem e suposta passividade do receptor. Esta forma de proceder teve como consequência a legitimação da difusão e da persuasão nas práticas comunicacionais. É esta forma de comunicação que está sendo lentamente substituída por um novo paradigma de comunicação que envolve o diálogo, permitindo a participação dos camponeses. Nesta, a fonte e o receptor tornam-se interlocutores e protagonistas em igualdade de condições.³⁹

2.3. Comunicação na extensão rural

Sigo a seguinte definição da Comunicação na Extensão Rural proposta pela FAO:

Comunicação na extensão rural é "uso sistemático de canais e técnicas apropriadas de comunicação com vista ao aumento da participação das famílias rurais no desenvolvimento e para informar, motivar e formar a população rural, especialmente os pequenos produtores".⁴⁰

Esta definição vale dizer que temos uma pessoa, neste caso o extensionista, com uma mensagem e pretende transmiti-la às populações rurais. A mensagem é sobre uma inovação agrícola ou outras informações ligadas à agricultura. O extensionista precisa de difundi-la para os

³⁹ Juan Dias Bordenave, "Extensão rural: Modelos e métodos...", Op. Cit.:s/p.

camponeses. A difusão é o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais entre os membros de um sistema social. É um tipo especial de comunicação no qual as mensagens são relacionadas com uma nova ideia. A difusão adquire uma dimensão social, como processo de disseminação de uma inovação num sistema social através do tempo, como tal é um fenómeno de grupo.⁴¹

A essência do processo de difusão é a troca de informação em que um indivíduo comunica uma nova ideia ao outro ou a várias outras pessoas. As partes envolvidas neste processo vão estar ligadas através de canais de comunicação como meios através dos quais a mensagem passa de um indivíduo para o outro.⁴² Para transmitir a mensagem, o extensionista necessita destes canais de comunicação, como métodos a sua disposição para chegar com uma mensagem aos camponeses, sendo os receptores da mensagem.⁴³

Usando os métodos de comunicação, a mensagem chega aos camponeses. A mensagem reveste-se de vários conteúdos e objectivos. Pode ser de informar, motivar e formar a população rural sobre assuntos ligados à agricultura e ao desenvolvimento rural.⁴⁴

Depois de transmitir a mensagem, o extensionista espera resposta, o *feedback*, para testar se a nova ideia teve mérito, ou seja, se convenceu o camponês a tomar a decisão de experimentar a nova tecnologia.

O camponês pode ou não adoptar (aceitar) a nova tecnologia, mas a tarefa do extensionista não acaba por aqui uma vez que a necessidade de informação por parte dos camponeses é ainda

⁴⁰ . FAO, Communication strategies for rural development: A case study of the use of campaigns in Lesotho, Roma: FAO, Development Support Communication Branch, 1990:1.

⁴¹ . Everet M. Rogers, Diffusion of innovations, London: Collier Macmillan Publishers, 1983:5.

⁴² .Rogers, Op. Cit.:17.

⁴³ .Ver Swanson, Op. Cit:80. Como veremos adiante são vários os métodos/canais de comunicação na extensão.

⁴⁴ .Veja a definição da comunicação na extensão da FAO que já foi dada no presente trabalho.

maior. Os camponeses que adoptam uma nova ideia continuam a procurar informações sobre a validade da sua decisão de a adoptar, para avaliar se o melhoramento pretendido tem o resultado previsto.⁴⁵ Isso leva-me a afirmar que uma comunicação eficaz é um processo contínuo, guiado para um objectivo que é de acelerar os conhecimentos e o grau de aplicação de tecnologias recomendadas e outras mensagens de extensão rural.

É preciso notar, no entanto, que, para além do contacto extensionista camponês, encontramos a capacidade dos próprios camponeses de promover a difusão horizontal das inovações agrícolas. Uma comunicação eficaz no âmbito da extensão rural aproveita as possibilidades de transferência de informações do tecido social através das redes sociais.⁴⁶

As ligações sociais formam redes que podem ser usadas para transmitir informações sobre as inovações agrícolas. Temos então uma situação em que o extensionista é o iniciador do processo de difusão e depois segue-se um processo de difusão horizontal de que a sociedade se encarrega de realizar através das suas redes, como a família, o grupo de parentesco, as agrupações religiosas e a comunidade local.

2.4. Métodos de comunicação na extensão rural

Se sem comunicação não há extensão, então os métodos de extensão assumem-se também como métodos de comunicação.

Existe um número significativo de métodos de extensão, que ao mesmo tempo são métodos de comunicação. Entre estes métodos o extensionista de campo escolhe aqueles que lhe permitem realizar melhor o seu trabalho de transmissão de informação e capacitação dos camponeses.

⁴⁵ . Swanson, Op. Cit.:80

⁴⁶ . Swanson, Op. Cit.:80.

Os métodos de extensão são de dois tipos: o método individual e o método de grupo.

a) No método individual, o extensionista relaciona-se com os camponeses numa base de um para um;

b) No método de grupo, o extensionista faz com que os camponeses se juntem, de uma ou de outra maneira, com vista a realizar o seu trabalho.⁴⁷

2.4.1. Métodos individuais de comunicação na extensão rural

Os métodos individuais são provavelmente os métodos de extensão mais universalmente utilizados.

Algumas características dos métodos individuais:

- o contacto é feito pessoa por pessoa em casa ou na machamba do camponês ou ainda no escritório do extensionista;

- facilita a discussão de questões de interesse mútuo, dando aos camponeses informações e assistência técnica;

- os encontros individuais criam confiança entre o extensionista e o agricultor.⁴⁸

Entre as formas de contacto destacam-se:

Visitas à machamba⁴⁹; audiências no escritório do extensionista⁵⁰ e chamadas telefónicas.⁵¹

⁴⁷ .P. Oakley e C. Garforth, Op. Cit.:1992:81.

⁴⁸ . Oakley, Op. Cit.:81.

⁴⁹ . As visitas à machamba são a forma mais comum de contacto pessoal entre o extensionista e o agricultor, veja em Oakley, Op. Cit.:81.

⁵⁰ . Tal como o extensionista visita o agricultor, ele também deve esperar que, de tempos a tempos, os agricultores o visitem no seu escritório. Tal visita é muitas vezes o reflexo do interesse que o extensionista foi capaz de despertar entre os camponeses locais.

⁵¹ .Os telefonemas e as audiências no escritório servem um objectivo muito similar. Contudo em Moçambique estes canais de comunicação não são frequentes.

2.4.2. Métodos grupais de comunicação na extensão rural

Os métodos grupais oferecem a possibilidade de uma maior cobertura da extensão rural.

Algumas características dos métodos grupais:

- o extensionista envolve mais camponeses;
- as questões são articuladas em conjunto;
- há possibilidade de discutir as mensagens em conjunto.

Formas de contacto:

- reuniões de grupos- consiste em chamar os membros de um grupo ou habitantes de uma localidade para uma reunião;
- demonstração de métodos- destina-se a mostrar aos camponeses sobre como se faz alguma coisa;
- dias de campo- têm o propósito de apresentar uma nova ideia ou uma nova cultura e estimular o interesse do maior número de camponeses;⁵²
- Visita de estudo- quando os agricultores visitam machambas de outros distritos para conhecerem como ali se trabalha, o que se cultiva e que tipo de problemas enfrentam, ou em diferentes centros e que podem atrair interesse dos camponeses locais.

Estes métodos de trabalho envolvem o extensionista e o camponês numa relação cara-a-cara. Isso não acontece quando se emprega meios de comunicação social, como a Rádio, a Televisão e o Jornal. Mas crê-se actualmente ser muito difícil fazer extensão rural sem envolver a comunicação social. Esta, sobretudo a Rádio, tem um papel importantíssimo. Só que em Moçambique, particularmente no distrito de Angónia, estes meios ainda não são usados. No caso

⁵² .Oakley, Op.Cit: 104.

concreto de Angónia, as populações locais escutam frequentes vezes as emissões em Nyanja da Rádio do Malawi. Em Moçambique, no período de socialização do campo tiveram muita importância os programas dos centros de comunicação social, particularmente aqueles que estavam centrados em unidades de produção. Angónia ainda não tinha sido abrangido por este tipo de programa.⁵³ Investigadores, como Rogers, consideram que os métodos individuais ou grupais são mais eficientes em persuadir os camponeses para adoptarem uma nova ideia, principalmente quando envolvem dois ou mais camponeses.⁵⁴ Esta vantagem pode ser explicada com o facto de os canais interpessoais facilitarem o diálogo entre o extensionista e o camponês.

Os métodos individuais ou grupais são os que o extensionista emprega durante o seu trabalho do dia a dia. São estes métodos que se encontram inseridos dentro de um sistema de extensão.

Em Moçambique, no âmbito do Serviço Nacional de Extensão, organizado pelo Ministério da Agricultura⁵⁵ adoptou-se o Sistema de Treino e Visita (T e V)⁵⁶. Trata-se de um método desenvolvido por Daniel Benor, de Israel, que foi adoptado pelo Banco Mundial, em vários dos seus projectos agrícolas, sobretudo nos países em desenvolvimento.

O T e V é um sistema baseado na formação de camponeses e em visitas constantes. A base do T e V é o extensionista do campo.

Uma regra muito enfatizada na estratégia do sistema do T e V é que o extensionista do campo deve tratar exclusivamente de extensão agrária. Sua missão não deve ser dividida com as responsabilidades com a saúde, nutrição, planeamento familiar e outras actividades de

⁵³ . Victor Marrão, entrevista, Tete 26.02.98.

⁵⁴ .Rogers, Op. cit.:18/198.

⁵⁵ .Noutros países, os serviços de extensão são organizados também por cooperativas de serviço de extensão associados à Universidades ou programas de desenvolvimento comunitário.

desenvolvimento rural.⁵⁷As suas mensagens concentram-se exclusivamente em tópicos agrários. Este sistema foi adaptado às condições de Moçambique. Estabeleceu-se, por exemplo, a institucionalização do sistema nacional de extensão agrária desde o seu nível central (através da DNDR, actual DNER) até a base (redes de extensão agrária nos distritos).

Na área de comunicação na extensão, verifica-se actualmente um empenhamento, a nível da DNER e nos SPER, na formação de quadros.⁵⁸

⁵⁶ .Outros sistemas são, por exemplo, a abordagem convencional à extensão rural, sistema para o desenvolvimento da produção destinada a comercialização- veja Swanson, Op. Cit.:6-12.

⁵⁷ .É que a extensão rural cobre todo o tipo de actividades visando o desenvolvimento do campo. Neste trabalho refiro-me à extensão agrária.

CAPÍTULO III: A AGRICULTURA E A EXTENSÃO RURAL NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Os métodos de comunicação na extensão rural no período pós-independência têm de ser abordados com referência à situação da agricultura em Moçambique.

Esta abordagem tem de ser feita partindo da situação da agricultura até a data da independência, passando pelo período de socialização do campo até ao período pós-socialização do campo.

3.1.A situação da agricultura até a data da independência

Até a data da independência, a agricultura em Moçambique era desenvolvida por dois sectores, nomeadamente o sector familiar e o sector privado.

3.1.1.O sector familiar

O sector familiar⁵⁸produzia a sua própria alimentação, além de uma grande variedade de culturas para a venda, assim como fornecia mão-de-obra para os sistemas capitalistas em Moçambique e na África do Sul.⁶⁰

A população moçambicana engajada neste sector vivia geralmente numa forma dispersa, ou seja, a distribuição da população através do território ordenou-se de acordo com os interesses do colonial-capitalismo português. Este tipo de povoamento disperso apenas era interrompido, donde

⁵⁸ . Alves e Vasconcelos, Op. Cit.:3.

⁵⁹ .Também denominado por sector tradicional ou de subsistência. Veja Ministério das Finanças, Op. Cit.:5. Ver também Bridget O'Laughlin, "A Questão agrária em Moçambique", Estudos Moçambicanos Nº3, Maputo: CEA/UEM, 1981:9/10.

em onde, por pequenos aglomerados populacionais habitados essencialmente por comerciantes indianos e portugueses.⁶¹

A forma de povoamento disperso reflectia as características da posse e utilização da terra em vigor. As melhores terras eram ocupadas por grandes companhias estrangeiras e por colonos europeus, restando para os camponeses moçambicanos as zonas de solos menos férteis.⁶²

3.1.2. O sector privado

O sector privado⁶³ era constituído por agricultores colonialistas, produzindo culturas lucrativas, especialmente algodão, cereais, hortícolas, carne e laticíneos, destinados ao consumo nas cidades. Existia ainda o sector privado das grandes plantações de chá, cana de açúcar, sisal e copra. O sector privado envolvia ainda pequenos agricultores moçambicanos semi-capitalistas, empregando mão-de-obra assalariada e algumas técnicas modernas na produção de culturas lucrativas, como seja o algodão e cereais.⁶⁴

3.1.3. A interligação entre os sectores familiar e privado

Havia uma forte ligação entre os sectores familiar e privado, ou seja, sector privado capitalista dependia do sector familiar e vice-versa.

Na dependência do sector privado capitalista em relação ao sector familiar há três aspectos

⁶⁰ . Ministério das Finanças, Op. Cit.:5.

⁶¹ .Manuel G. de Araújo "As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população rural na República Popular de Moçambique", Lisboa: Finisterra, 1983.

⁶² .Araújo, Op. Cit.:180.

⁶³ . Também designado por sector moderno ou comercial, veja Ministério das finanças, Op. Cit.:5.e MONAP 1977-1990, "Relatório de avaliação final para a SIDA, Vol.I, Junho de 1990:55.

⁶⁴ . Ministério das Finanças, Op. Cit.:5.

principais⁶⁵

- mão-de-obra barata e muitas vezes sazonal, recrutada numa base migrante a partir do sector familiar;
- alimentação aos trabalhadores das plantações, industriais e machambas privadas;
- um fundo de divisas gerado não pelo próprio sector capitalista doméstico mas pela venda de força de trabalho numa base migratória para a África do Sul e para a Rodésia.⁶⁶

Esta dependência do sector privado capitalista ao sector familiar conduziu à acumulação de capital pelo sector privado capitalista à custa da exploração dos produtores do sector familiar.

Na dependência dos camponeses em relação ao sector privado capitalista encontramos famílias camponesas a depender do salário pago por este sector. As famílias camponesas ao se manterem subordinadas às relações de classe capitalistas, era uma forma de garantirem o rendimento do trabalho assalariado. Este rendimento assalariado lhes permitia satisfazer as necessidades de subsistência como a compra do sal, tecido, óleo, peixe seco, cimento, bicicletas, etc. Além disso, e o mais importante, o rendimento do trabalho assalariado era usado pelas famílias camponesas para a compra de meios de produção necessários à reprodução da produção familiar (implementos agrícolas, sistemas de água, bombas, redes de pesca e anzóis).⁶⁷

O rendimento salarial das famílias camponesas tornou-se a base necessária para investimento na produção familiar, isto porque, apesar da subordinação do campesinato ao trabalho assalariado, não se tinha separado da terra, onde era investido então o rendimento salarial.

⁶⁵ . E isso não se verificava apenas na agricultura, mas também noutras áreas, como indústria e transporte- ver Bridget O'Laughlin, "A questão agrária em....", Op. Cit.:13.

⁶⁶ . O'Laughlin, Op. Cit.:13. Ver também DH/UEM, História de Moçambique Vol.III: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961, Maputo: Departamento de História/UEM, 1993:5.

As famílias camponesas, fora do "investimento" que faziam com o dinheiro proveniente do trabalho assalariado e da venda dos seus excedentes, que era por si pouco, não recebiam outro apoio visando desenvolver a sua base económica, exceptuando algumas iniciativas de formação de cooperativas de agricultores prósperos.⁶⁸

3.1.4.A extensão rural

No período colonial, as práticas de extensão rural estavam mais viradas para o "enquadramento"⁶⁹ dos camponeses do sector familiar, isto é, uma vigilância e propaganda para levá-los a cumprir com as normas de cultivo de produtos de exportação sobretudo do algodão.⁷⁰

A extensão rural assumiu a forma de controlo, abrigação e sansão à actividade dos camponeses do sector familiar. A divulgação de técnicas melhoradas era apenas para culturas comerciais, tais como o algodão.⁷¹ Esta divulgação de técnicas melhoradas era sobre as quantidades de produção, áreas a serem semeadas, controlo da data da sementeira, a área lavrada e as quantidades produzidas.⁷²

⁶⁷ .Neste processo, a rede de pequenos comerciantes constituiu factor crucial. Eram eles que ligavam à cidade ao campo, o camponês à plantação, e que desempenhavam papel essencial na reprodução da agricultura familiar- ver O'Laughlin, Op. Cit.:20/21.

⁶⁸ . Veja por exemplo o processo que levou a formação da primeira cooperativa indígena de Moçambique no Chibuto em Yussuf Adam, Cooperativização agrícola e modificação das realações de produção no período colonial em Moçambique, Maputo:UEM (Tese de licenciatura), 1986:188.

⁶⁹ .O termo é usado para designar a actividade dos camponeses de contacto. São camponeses seleccionados entre os agricultores que pelas suas capacidades e experiência se destacam. Recebem formação e agem como agentes locais multiplicadores do conhecimento dos técnicos de apoio ao sector familiar. O termo é mais usado pelas redes de algodão- ver Maria Piedade Gonçalves, Op. Cit.:15. Muitas vezes o termo enquadramento confunde-se com a extensão.

⁷⁰ .Os serviços de extensão para os camponeses eram considerados de assistência social sem fins económicos. Yussuf Adam, "V Congresso: Implicações para o desenvolvimento rural", EXTRA 2, Setembro/Dezembro, 1989:4. Moçambique produzia algodão para que na Metrópole colonial fosse transformado em tecido que posteriormente eram vendidos a Moçambique a preços elevadíssimos. A chamada extensão era feita pelo Instituto do Algodão.

⁷¹ .Outras culturas eram principalmente o tabaco, caju e arroz.

⁷² .Ruud Ludemann, "A formação de quadros de agricultura e extensão rural", Maputo: Ministério da Agricultura, 1986:47/48.

Nestas condições, uma proposta para a organização dos serviços coloniais de extensão rural em benefício dos camponeses nunca chegou a ser aprovada durante o período colonial.⁷³ Por conseguinte, não existia uma metodologia estruturada de comunicação na extensão rural no país. Metodologia estruturada no sentido de um esquema organizado que funcionasse como padrão para a transmissão de informações sobre inovações agrícola aos camponeses.

É que fora da extensão que se praticava com relação às culturas de rendimento, não existia uma outra que pudesse apoiar os camponeses com vista a elevar a sua condição de vida no campo. Isso significa que não foram criadas no campo as condições para levar os produtores do sector familiar a passar dos métodos tradicionais de produção para outros novos e mais científicos, que incluíssem novos componentes tecnológicos, visando aumentar e melhorar as quantidades de produção.

3.2. A Agricultura no período de socialização do campo

3.2.1. A política agrária no período de socialização do campo

Com a independência em 1975, a FRELIMO adoptou medidas para transformar radicalmente a estrutura agrícola existente em Moçambique. Como foi que isso aconteceu?

O sector agrícola, tal como todos os sectores da economia colonial, foi seriamente afectado na altura da independência com a partida da população colona portuguesa, que representava a maior parte da força de trabalho qualificada e administrativa.

No campo, a partida dos agricultores e dos comerciantes rurais colonos originou importantes quebras nos rendimentos da agricultura e um colapso generalizado dos sistemas de comercialização

⁷³ .Adam, "V Congresso..." Op. Cit.:4. Em alguns casos as actividades de extensão e apoio rural, em geral, foram desenvolvidas "como actividades complementares das actividades do crédito" ou seja apoio em

agrícola nos quais aqueles operavam, assim como dos sistemas de abastecimento de insumos agrícolas e equipamento, sobressalentes e assistência técnica⁷⁴sobretudo para as culturas de rendimento, como o algodão, copra e cajú.

O novo poder político em Moçambique, liderado pela FRELIMO via-se na necessidade de demonstrar a sua capacidade para controlar a situação, provocada pela fuga dos colonos portugueses, e assegurar a melhoria das condições de vida da população moçambicana quer das zonas urbanas quer das zonas rurais.

A resposta imediata do novo governo da FRELIMO em relação à crise rural consistiu na criação de novas formas de produção, que consistiram no desenvolvimento de formas de produção colectivas. O argumento principal apresentado pela FRELIMO para a criação destas formas de produção era de que se tratava da extensão para um contexto novo da filosofia que caracterizou a vida nas zonas libertadas, durante a Luta de Libertação Nacional.⁷⁵

As propriedades e plantações abandonadas pelos colonos foram, então, nacionalizadas e transformadas em machambas estatais e, em menor grau, em cooperativas.

O III Congresso da FRELIMO, realizado em 1977, veio a deixar claro a estratégia que o novo poder pretendia seguir para o desenvolvimento rural em Moçambique.

No Congresso, a FRELIMO deu grande proeminência retórica à agricultura como base da estratégia de desenvolvimento do país,⁷⁶reafirmando que a transformação da sociedade rural se deveria realizar por meio da organização de camponeses dispersos em Aldeias Comunais, assim

máquinas e comercialização-ver Adam, Cooperativização agrícola...Op. Cit.:120.

⁷⁴ . Merle L. Bowen, "Agricultura camponesa em Moçambique: Caso do Chókwè, província de Gaza", Arquivo N-º7, Maputo, Abril 1990:8. e Serra, Op. Cit.:460.

⁷⁵ .Mateus Muthemba, Cooperativas agrícolas em Moçambique no pós-independência: O caso da cooperativa 25 de Setembro em Boane, Maputo: Faculdade de Letras/UEM (Tese de Licenciatura), 1997.

como da reestruturação das suas actividades produtivas segundo moldes colectivos, através de cooperativas e machambas estatais.⁷⁷ Só que esta estratégia deu grande prioridade às machambas estatais que deviam ser desenvolvidas e alargadas, recorrendo à tecnologias avançadas. O objectivo era de aumentar o mais depressa possível o abastecimento alimentar às cidades e produzir culturas de exportação. Além disso, o novo governo em Moçambique esperava que as receitas da exploração da agricultura em grande escala pudessem contribuir para uma transformação total das zonas rurais.⁷⁸ Foi assim que teve início o processo de intervenção estatal sobre as machambas abandonadas pelos colonos portugueses no país.

Este processo de intervenção estatal sobre as machambas dos colonos começou em 1976 com as empresas maiores.⁷⁹ Foi, então, intensificado o esforço de expansão do sector agrícola estatizado e do seu equipamento em meios mecânicos.⁸⁰

Até 1981, as machambas estatais cobriam entre 350 mil a 500 mil hectares, num total de 109 machambas. Estas explorações agrárias ocupavam algumas das melhores terras agrícolas no país; estavam estrategicamente situadas junto à mercados e às vias de transporte, tinham acesso ao abastecimento da mão-de-obra, e muitas delas encontravam-se em zonas militarmente seguras.

⁷⁶ .Nesta estratégia a agricultura era a base e a indústria o factor dinamizador e decisivo. Isto implicava, ou pelo menos é o que se desejava, que numa primeira fase a agricultura constituísse a principal fonte de acumulação para o desenvolvimento económico.

⁷⁷ .Bowen, Op. Cit.:9.

⁷⁸ .Isto porque a estratégia da FRELIMO conceptualizou o sector estatal como o "pólo de desenvolvimento" para a agricultura no seu conjunto. Estas empresas mecanizadas e de grande dimensão deveriam representar o carácter desenvolvido futuro da agricultura moçambicana- ver Hans Abrahamsson, Op. Cit.:34.

⁷⁹ .LAND TENURE CENTRE, "Segurança da posse da terra e desenvolvimento das empresas agrícolas estatais em três casos específicos nos distritos de Nhamatanda, Manica e Montepuez"(um relatório para o Ministério da Agricultura), 1993:IX.

⁸⁰ .Calcula-se que a compra de maquinaria agrícola e de mais "inputs" necessários para a preparação da campanha agrícola de 1977/78 no sector estatal tenha correspondido a um investimento de cerca de 75 milhões de dólares americanos, o que equivale, só por si, a cerca de metade do valor global das exportações de Moçambique daquele ano- ver António Manuel de Almeida Serra, Política agrária e desenvolvimento económico e social na República popular de Moçambique, 1975-1985: Contribuição para o estudo da

Várias delas tinham também sistemas de regadio substanciais.⁸¹ Pretendia-se que as machambas estatais fossem o modelo para o sector cooperativo que deveria absorver todo o sector familiar.⁸²

Os sectores cooperativo e familiar não receberam quase nenhum equipamento. Para estes sectores, a solução adoptada foi de procurar fornecer-lhes trabalho, máquinas e assistência técnica, através de machambas estatais e da MECANAGRO.⁸³

De acordo com o Relatório do Comité Central ao IV Congresso da FRELIMO, em 1983, nos dois sectores da estratégia de desenvolvimento agrário, o sector cooperativo recebeu apenas 2% do investimento público na agricultura, nos primeiros anos da independência.⁸⁴ As machambas estatais receberam os restantes 98%. O sector familiar foi secundarizado, apesar de que produzia 70% de toda produção agrícola antes da independência.

O negligenciamento do sector familiar foi, segundo Bowen, provavelmente o aspecto mais prejudicial da política agrícola seguida no período pós-independência.⁸⁵

Houve uma falta total de apoio à produção do sector familiar em forma de sementes, enxadas e bens de consumo, como açúcar, sal e sabão que no tempo colonial eram obtidos através da rede de cantinas rurais.⁸⁶ De modo que estes bens de produção e de consumo tornaram-se escassos no campo. A escassez destes bens constituiu um dos factores que conduziu à desmoralização⁸⁷ dos produtores do sector familiar, porque era com estes bens que eles estavam dispostos a produzir e a comercializar os seus excedentes agrícolas. Na sequência da

economia política da República Popular de Moçambique (Dissertação de doutoramento), Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1991:535.

⁸¹ .Ver LAND TENURE CENTRE, Op. Cit.:IX.

⁸² .Mas na prática isso não se verificou. Para os fracos resultados económicos verificados, o discurso político culpou a guerra entre a Frelimo e a Renamo.

⁸³ . Serra, Op. Cit.:535.

⁸⁴ .FRELIMO, Relatório do Comité Central ao IV Congresso, Maputo: FRELIMO, 1983:32.

⁸⁵ .Bowen, Op. Cit.:10.

⁸⁶ .Abrahamsson, Op. Cit.:80.

desmoralização a produção baixou nas zonas rurais.

Entretanto, se, por um lado, o negligenciamento do sector familiar foi prejudicial à política agrícola no período pós-independência, por outro, o maior apoio dado às machambas estatais trouxe resultados inesperados para o país. As machambas estatais apresentavam uma produção estagnada. Menos de 50% dos terrenos, que eram utilizados na era colonial para a produção comercial tinham sido cultivados.⁸⁸ Além disso, as machambas estatais não conseguiram fornecer recursos para a mecanização das cooperativas, como estava previsto.

O fraco rendimento das machambas estatais tinha a ver em parte com a sua falta de planificação, boa gestão e capacidade administrativa para o uso dos recursos disponibilizados quer pelo governo quer pelas organizações internacionais. Os custos de produção e a fraca formação técnica dos trabalhadores para operar a mecanização exagerada contribuíram também para a baixa de produção nas machambas estatais.⁸⁹

Então, temos os dois sectores (estatal e familiar) a apresentar baixa produção.

No seu IV Congresso, a FRELIMO respondeu à crise da produção agrícola, criticando a anterior concentração da assistência às machambas estatais e apelando para um maior apoio ao sectores familiar, cooperativo e privado.

Segundo as novas directrizes, elaboradas pelo IV Congresso, deviam ser realizadas acções no sentido de as famílias camponesas terem acesso aos instrumentos agrícolas e bens de consumo necessários. O sector estatal seria consolidado e reestruturado.⁹⁰ As empresas estatais seriam

⁸⁷ . Bowen, Op. Cit.:11.

⁸⁸ .As áreas cultivadas apresentavam déficits muito grandes- ver Abrahamsson, Op. Cit.:214.

⁸⁹ . Abrahamsson, Op. Cit.:215.

⁹⁰ .Os políticos esperavam que deste modo seriam ultrapassadas as dificuldades de direcção e gestão. Assim as machambas estatais passariam a determinar o processo económico.

divididas em unidades mais pequenas e haveria desinvestimento nas ineficientes.⁹¹

Foi a partir do Congresso que se começou a falar abertamente do apoio às famílias camponesas através dos serviços de extensão.⁹² Seguidamente realizaram-se 40 seminários sobre extensão rural no período entre 1982 e 1984 com a participação de 1200 camponeses em todo o país. Os temas visados incluíam a análise da agricultura camponesa, tracção animal, campos de demonstração, manutenção de sistemas de bombagem e regadio, organização do trabalho colectivo e selecção e conservação de sementes.⁹³

Em 1984 foi tomada uma decisão importante sobre a extensão numa reunião realizada em Gaza. A reunião decidiu que a extensão rural devia ser estimulada com prioridade para o sector familiar, incluindo o seu acesso ao crédito bancário.⁹⁴

3.2.2. Extensão Rural no período de socialização do campo

Até a realização do IV Congresso da FRELIMO, a mobilização política para a agricultura não fazia menção à extensão agrária. Entretanto, parte dos projectos elaborados pelo Ministério da Agricultura se referiam implicitamente a esta actividade.

As razões de não se falar abertamente sobre extensão rural explicam-se com a intenção do governo querer apoiar o sector familiar através das cooperativas agrícolas. Essa pretensão pode ser notada em alguns projectos preparados pelo Ministério da Agricultura sob financiamento do MONAP, em apoio ao sector familiar.⁹⁵ São exemplos os projectos CO-1 (desenvolvimento de cooperativas

⁹¹ .FRELIMO, Directivas económicas e sociais do IV Congresso, Maputo: FRELIMO, 1983:27.

⁹² .FRELIMO, Directivas económicas e sociais do IV Congresso, idem:44.

⁹³ .MONAP, "Relatório anual de 1984"; Maputo:MONAP,1985:60.

⁹⁴ .Mehari Tesfai, "As três fases e muitas faces do MONAP: Uma apresentação do programa Moçambique-Nórdico para o desenvolvimento agrário" Maputo: Março de 1991:V.

⁹⁵ .MONAP é a sigla do Programa Agrícola Moçambique-Paises Nórdicos. Através deste programa, os países nórdicos foram os principais financiadores da agricultura moçambicana desde a independência. Para os

agrícolas), CO-2 (Criação de centros regionais de experimentação e desenvolvimento) e FO-7 (Promoção de indústrias de pequena escala nas Aldeias Comunais).

Os objectivos do projecto CO-1 eram:

- criar condições de desenvolvimento das cooperativas, permitindo uma participação directa dos próprios camponeses;
- mostrar ao sector familiar as vantagens das cooperativas, na melhoria do nível de vida dos seus membros;
- promover a integração das machambas colectivas nas Aldeias Comunais, dentro do sector cooperativo;
- desenvolver um programa de tracção animal.

Assim temos o projecto CO-1 com o objectivo de promover as cooperativas para permitir a participação directa dos camponeses, com vista a melhoria do nível de vida dos seus membros. Os seus membros são camponeses, destinatários principais dos programas de desenvolvimento do campo, como é o caso da extensão rural. Conclui-se que o projecto CO-1 tinha uma componente de extensão rural, no contexto dos programas de socialização do campo em Moçambique.

O projecto CO-1 criou vários centros de treinamento dos camponeses e nos finais de 1984, 81 cooperativas totalizando 6.400 membros recebiam apoio através deste projecto.⁹⁶

Eram objectivos do projecto CO-2:

primeiros anos, estima-se que o MONAP proporcionou 80-90% do orçamento em divisas ao Ministério da agricultura. O MONAP foi o principal meio para o cumprimento dos objectivos da política agrícola de Moçambique independente. Estes programas foram implementados em tres fases ou seja MONAP I (1977-1980), MONAP II (1981-1984), MONAP III (1985-1990)- Ver MONAP-1977/1990, "Relatório de avaliação final ...", Vol. I, Op. Cit.:55.

⁹⁶ .MONAP-1977/1990, "Relatório de avaliação final...", Vol. II, Op. Cit.:87. Veja também Mehari Tesfai, "Uma apresentação do programa MONAP: seminário MONAP Maputo, 12 e 13 de Março de 1991, Maputo: Direcção de Economia Agrária, 1991:18.

- estudo, com a utilização de metodologia de investigação participativa⁹⁷ de práticas agrícolas e sistemas de produção no sector familiar;
- ensaios e demonstração de melhores práticas agrícolas e de gestão de sistemas agrícolas no contexto da produção colectiva e da consolidação das cooperativas existentes;
- criação de uma base económica para as aldeias comunais;
- acumulação de experiências práticas de metodologia de investigação participativa e desenvolvimento como futura base de trabalho com o sector familiar.⁹⁸

O CO-2 tinha uma componente substancial de extensão. Este projecto tinha como condições básicas a facilitação do acesso pelos camponeses de insumos agrícolas e mensagens técnicas.

Os objectivos do projectos FO-7 era a promoção de indústria de pequena escala nas Aldeias Comunais.

Encontramos assim estes projectos a desenvolverem a extensão agrária durante o período de socialização do campo. É preciso notar que estes projectos não mencionavam directamente a extensão rural, mas no fundo as suas actividades eram de extensão.

3.2.3. Organização da extensão rural no período de socialização do campo

A extensão rural no período de socialização do campo estava organizada em redes. Uma rede subdividia-se em áreas de influência, correspondentes a um posto administrativo ou localidade de cerca de 5 mil famílias (cerca de 25 mil habitantes). A área de influência subdividia-se em zonas

⁹⁷ É um tipo de metodologia que envolve os camponeses na análise da sua própria situação.

⁹⁸ MONAP 1977-1990, "Relatório de avaliação final para a sida" Vol. II:87. Ver também em Mehari Tesfai, "As três fases e muitas faces do MONAP: uma apresentação do Programa Moçambique-Paises Nórdicos para o desenvolvimento agrário" Maputo, Março 1991:61.

de influência correspondentes a uma localidade ou conjunto de aldeias ou povoações, com uma população total de cerca de 1000 famílias. A zona de influência subdividia-se em aldeias ou povoações.

As machambas estatais e os CRED's tinham um número variável de redes de extensão, nas quais colocavam extensionistas que apoiavam directamente aos produtores dos sectores cooperativo, familiar e privado.⁹⁹ O apoio consistia na criação de condições básicas para o aumento da produção, como facilitação no acesso pelos camponeses de insumos agrícolas e transmissão de mensagens técnicas.

A maior parte das mensagens técnicas que eram dirigidas aos camponeses provinham da experiência do sector empresarial colonial, que tinham como base a experimentação do INIA (Instituto Nacional de Investigação Agronómica), nos anos 60 e 70. Já na década 80, um trabalho de pesquisa científica dirigido ao melhoramento da produção agrária no sector familiar ia se desenvolvendo, mas com pouca força, pelos CRED's, INIA e Faculdade de Agronomia da Universidade Eduardo Mondlane.¹⁰⁰

As mensagens técnicas, quer as resultantes da pesquisa científica das décadas 60 e 70 quer as da recente década 80 feitas pelo INIA, CRED's e UEM, eram dirigidas às machambas estatais que, por sua vez, transmitiam-nas aos produtores dos sectores cooperativo, familiar e privado, através dos seus extensionistas de campo. Os técnicos dos CRED's muitas vezes entravam directamente em contacto com os camponeses, através dos seus campos de

⁹⁹ .Os CRED's, como locais de experimentação, serviam também as machambas estatais- veja Bert Fret, "Ponto de situação e propostas para reorientação MONAP Projecto 7, apoio ao sector familiar", Maputo Setembro 1987:15.

¹⁰⁰ .Na maioria dos casos, tratava-se de culturas de exportação ou de rendimento- ver Bert Fret, "Ponto de situação e propostas para reorientação MONAP Projecto 7, apoio ao sector familiar..."Op. Cit.:15.

experimentação.¹⁰¹São os casos dos CRED's de Mapululo (Cabo Delgado, os centros de Nampula e Namaacha). Nos outros como os de M'tengo-umodzi (Angónia-Tete), Chokwè (Gaza) e Ilha Josina Machel (Maputo), os extensionistas de campo envolveram-se em contacto directo com os produtores dos sectores cooperativo e familiar.¹⁰²

Para além das machambas estatais e dos CRED's, o serviço de extensão rural era também prestado por outras instituições ou organismos. São casos das Secretarias de Estado do algodão e do Cajú, dos Gabinetes das Zonas Verdes e AGRICOM (Empresa de Comercialização Agrícola).

As machambas estatais e os CRED's foram as instituições que mais se envolveram nas actividades de extensão, no âmbito da política de socialização do campo. É o que aconteceu em Angónia com o CAIA e o CRED.

3.3. A agricultura no período pós-socialização do campo

3.3.1. A política agrária no pós-socialização do campo

Após a realização do IV Congresso, o governo da FRELIMO inicia o processo de reformas económicas visando estancar a crise de produção que se verificava, agravada pela guerra entre o governo e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana).¹⁰³

¹⁰¹ .Esse trabalho, verificou-se, de facto, após a realização do IV Congresso da FRELIMO em 1983.

¹⁰² .MONAP, "Relatório anual, 1986", Maputo: MONAP, Maio de 1987:66.

¹⁰³ .Otto Roesch, "Reformas económicas em Moçambique: Notas sobre a estabilização, a guerra e a formação de classes", Arquivo Nº11, Maputo 1992:6.

As reformas do governo adquiriram coerência em 1987 com adopção do PRE. Este programa não era mais do que o seguimento das grandes reformas políticas e económicas que vinham sendo introduzidas no país desde o IV Congresso da FRELIMO.¹⁰⁴

Estas reformas políticas e económicas anteriores ao PRE (1983-86) tentaram viabilizar ainda o modelo socialista no campo ao querer reestruturar as machambas estatais e incentivar o desenvolvimento das cooperativas. Significou apenas a reestruturação das machambas ou seja revestí-las com novas infraestruturas e demarcar novas dimensões territoriais, só depois disso, segundo se pensava, é que elas se poderiam tornar galvanizadoras do desenvolvimento rural em Moçambique.

O PRE, como programa de reforma político-económica, incorporava todas as políticas de mudança do IV Congresso. Este programa levou a uma importante viragem na vida política e económica de Moçambique. O PRE deu grande prioridade à agricultura, devido à sua importância extrema na vida económica e social do país. A título de exemplo, a actividade agrícola envolve 80% da população e cerca de 70% das receitas de exportação agregadas derivam de produtos agrícolas e de recursos naturais renováveis.¹⁰⁵ Dai que um dos objectivos do PRE visaram melhorar os níveis de produção agrícola que eram, até então (1987), cada vez mais baixos, comparativamente aos do período anterior à independência. As machambas estatais (mesmo reestruturadas) e as cooperativas não estavam a dar os resultados esperados.

Para melhorar os níveis de produção concluiu-se ser necessário envolver os produtores dos sectores privado (incluindo grandes empresas agrícolas privadas como a LOMACO) e familiar na

¹⁰⁴ .Otto Roesch, Op.Cit.:6.O PRE foi imposto a Moçambique pelo FMI e Banco Mundial como condição para a renegociação da dívida e para a concessão de novas linhas de crédito para fazer face aos desequilíbrios macro-económicas nas suas principais balanças macro-económicas- ver João Mosca, "Alguns aspectos sobre os efeitos do PRE na Agricultura", Estudos Moçambicanos Nº11, Maputo:53/54.

economia nacional. Por isso, na implementação do PRE foram observadas as seguintes medidas no sector agrícola:

- introdução da política de preços e comercialização que incentivassem a produção;
- limitação do número de produtos com preço fixo;
- introdução de incentivos que mobilizassem uma maior contribuição do sector privado na produção e comercialização;
- melhoria de aprovisionamento de recursos para os produtores familiares;
- reestruturação das empresas estatais contemplando a distribuição das áreas excedentárias aos produtores familiares e privados.¹⁰⁶

Estas medidas do Programa de Reabilitação Económica destinavam-se a incentivar a produção nas zonas rurais que, para além de se destinar ao consumo interno, visava promover as exportações agrícolas e a compra de insumos.

Com estas medidas, o PRE propunha-se a facilitar o processo de produção e comercialização agrária sobretudo para os sectores privado e familiar, porque chegou-se à conclusão que grande parte da produção rural provinha destes sectores.

4857
O PRE dá início a um novo período da história de desenvolvimento rural no Moçambique pós-independência- o período do pós-socialização, caracterizado pelo predomínio da livre produção, o que é o contrário da economia de planificação socialista, que então vinha sendo implementada em Moçambique.

¹⁰⁵ .PNUD, "Moçambique: Relatório Nacional de desenvolvimento humano", Maputo:PNUD, 1998:52.

¹⁰⁶ .Ministério da Agricultura "Diagnostico nacional do sector agrário", Vol.I, capítulo XII- Instrumento de desenvolvimento agrário (versão preliminar), Maputo, MINAGRI/DEA, 1990:13. As medidas de implantação do PRE podem ser vistas também em vários números do Boletim da República.

Em 1989, no V da FRELIMO, o Estado reconheceu a necessidade de alienar as machambas estatais. Este processo de alienação ou privatização começou em 1990.¹⁰⁷ Hoje não existe nenhuma machamba estatal. As terras que integravam este sector foram na sua maioria alienadas aos produtores do sector privado ou entregues aos produtores do sector familiar.

Em 1995, o governo aprovou a política agrária e estratégia de implementação.

Ao aprovar a política agrícola, o governo tinha como principal objectivo a melhoria da produção no sector para garantir a auto-suficiência e reserva alimentar bem como a promoção da comercialização agrícola e de produtos de exportação.¹⁰⁸

A nova política agrícola reconhece claramente a extensão rural agrária como um meio importante para a elevação dos níveis de produção agrícola.

3.3.2. Extensão rural no pós-socialização do campo

A base dos programas de extensão rural no período pós-socialização do campo foram os projectos CO-1, CO-2 e FO-7.¹⁰⁹

Na preparação do programa MONAP-III (que vigorou de 1985 a 1990) a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI), indicou que o número de projectos deveria diminuir de mais de 20, no MONAP II, para 7, no MONAP III. Na sequência disso, o Ministério da Agricultura resolveu juntar os projectos que actuavam no meio rural em apoio às famílias camponesas, isto é os projectos CO-1, CO-2 e FO-7, num único projecto- o Projecto 7, apoio ao sector familiar.¹¹⁰ Os objectivos do projecto 7 eram:

¹⁰⁷ .LAND TENURE CENTRE, Op. Cit.:IX.

¹⁰⁸ .República de Moçambique, "A política agrária e estratégia de implementação", Maputo Outubro 1995:10-12.

- contribuir para um aumento da produção agrícola e para melhoria dos padrões de vida nos sectores cooperativo e familiar, através do aumento da participação dos camponeses no processo de desenvolvimento; da introdução progressiva de melhores práticas agrícolas e de gestão de sistemas agrícolas; da consolidação de uma rede de extensão nalguns distritos;

- contribuir para o fortalecimento da base económica e da capacidade organizativa das Aldeias Comunais, visando garantir a auto-suficiência alimentar.¹¹¹

Os seus alvos eram os camponeses organizados em cooperativas, em associações e em Aldeias Comunais. Esperava-se que viesse a atingir cerca de 60 mil famílias camponesas nos cinco anos de implementação da fase III do MONAP(1985-1990), através da consolidação ou estabelecimento de um mínimo de 16 CRED's em sete províncias moçambicana, nomeadamente Maputo, Gaza, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa.¹¹²

Os CRED's levariam a cabo trabalhos de investigação em sistemas de produção agrícola e alimentar. Além disso, deviam supervisionar ensaios e demonstrações em terrenos familiares e comunais e formar camponeses e quadros ligados à actividade agrícola bem como membros do partido FRELIMO e Estado.¹¹³

Devido às condições de segurança, até 1985 o projecto 7 desagregou-se.¹¹⁴

Em fins de 1986 foram consideradas propostas radicais para a reestruturação do projecto, mas sempre tendo em conta a prioridade de apoio ao sector camponês.¹¹⁵ Para o efeito, decidiu-se pela criação de um serviço de extensão rural no Ministério da Agricultura o qual começou a ganhar

¹⁰⁹ . Bert Fret, Kenneth Hermele, Gunilla Akesson, "Ponto de Situação e Propostas para a Reorientação do MONA Projecto & Apoio ao Sector Familiar", Maputo: MINAG, Setembro 1987:1.

¹¹⁰ .Bert Fret, Op. Cit.:1.

¹¹¹ .MONAP II, Op. Cit.:93.

¹¹² .MONAP II, Idem:93/94.

¹¹³ .MONAP II, Idem:94.

¹¹⁴ .No entanto, dos 12 CRED apenas três, na província de Gaza, estavam isentos de problemas de segurança.

forma em 1987 com a criação da Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (DNDR), institucionalizada pelo Diploma Ministerial N-º 41/87, de 25 de Março.

Com a criação da DNDR o desafio fundamental era organizar o sistema de extensão rural e garantir mensagens básicas para os produtores.¹¹⁶

A DNDR começou a estruturar as actividades nas seguintes áreas principais: a) definição de áreas geográficas de intervenção e acção; b) estabelecimento de uma metodologia apropriada de extensão; c) cursos rápidos de formação em extensão; d) supervisão aos serviços provinciais de extensão e e) centralização e processamento de informação ligada ao sistema nacional de extensão agrária.

Em 1988, foi criado em todas as Direcções Provinciais da Agricultura um Departamento Provincial de Desenvolvimento e extensão Rural (SPDER). Estes departamentos tinham como um dos objectivos o desenvolver a actividade de extensão rural a nível da província e também coordenar com as autoridades de doação neste campo. Na altura da criação da DNDR atravessava-se um ambiente sócio-político e económico bastante delicado. Era um período de transição de uma economia centralizada para uma economia de mercado, com o início da implementação do PRE.

Do ponto de vista político, a guerra atingia níveis cada vez mais altos, obrigando as movimentações massivas das populações nas zonas rurais, para além da destruição de infra-estruturas de apoio, dificultando deste modo a prestação de serviços de apoio às comunidades rurais.

Nesta altura, os critérios mais considerados para a priorização das áreas de intervenção foram fundamentalmente da relativa segurança nos distritos, a presença de serviços de

¹¹⁵ .Partido Frelimo, "Directivas Económicas e Sociais do IV Congresso da Frelimo"Op. Cit:40.

investigação, a densidade populacional bem como facilidade de acesso. Neste contexto foram seleccionados 52 distritos, incluindo Angónia, e ficou definido que as Redes de Extensão deviam obedecer a divisão agro-ecológica existente. Nesta base, uma Rede de Extensão pôde inserir-se dentro de um distrito administrativo ou ocupar partes de um ou mais distritos administrativos com condições agro-climáticas semelhantes.¹¹⁷

No Segundo Seminário Nacional de Extensão Rural, realizado em 1988, as agências doadoras e oficiais governamentais de todas as províncias discutiram como devia ser o desenvolvimento futuro da extensão rural. Foi decidido que o Sistema de Treino e Visita deveria ser introduzido como método organizacional para todo o país.¹¹⁸ Esta estratégia foi confirmada, em 1991, no decorrer do III Seminário Nacional de Extensão Rural.

Em 1994 foi aprovada em Conselho Coordenador do Ministério da Agricultura a estratégia de extensão em Moçambique. Este documento traça, em linhas gerais, o papel da extensão rural no desenvolvimento da economia nacional e define o sector familiar como grupo alvo prioritário a beneficiar do serviço público de extensão.¹¹⁹

Ainda em 1994, a seguir à estratégia, foi elaborado o Plano Director de Extensão para o quinquénio 1995-2000. Este documento apresenta linhas mestras de como chegar à situação desejada de intervenção dos serviços de extensão nos sistemas de produção.¹²⁰

Em 1997, como resultado das transformações havidas no contexto político e socio-

¹¹⁶ .Ver mais funções específicas do DNDR no Boletim da República N.º 12, Diploma Ministerial N.º 41/87 de 25 de Março:51.

¹¹⁷ .Ministério da Agricultura "III Reunião Nacional de extensão rural: Algumas notas sobre a evolução do sector público da extensão 1987-1997", Maputo, Outubro 1997:6.

¹¹⁸ .Mirjam Boswijk, "Agricultural Extension in Zambézia, Mozambique: Models, Strategies and Farmer's Realities- a Case Study, Wageningen Agricultural Univeristy (tese para a obtenção do grau de Master), Julho de 1993.

¹¹⁹ .MINAG/DNDR, "III Reunião Nacional....." op. Cit.:5.

¹²⁰ .MAP, Plano estratégico de Extensão , Maputo.

económico, é criada a Direcção Nacional de Extensão Rural (DNER).

Um dos mandatos da DNER é de Assegurar a execução de políticas, estratégias e programas estabelecidos para extensão, como promover o seu desenvolvimento sustentável e a efectiva ligação entre a investigação e a produção.¹²¹

Até 1997, a DNER integrava dois departamentos do nível central nomeadamente o Departamento de Apoio Técnico e o Departamento de Planeamento/monitoria e avaliação e ainda uma repartição administrava.

Ao nível provincial a DNER estava representada pelos Serviços Provinciais de Extensão Rural (SPER) com núcleo de base a Rede de Extensão que incorpora partes de um ou mais distritos administrativos.

Na altura, o serviço de extensão contava em todo o país com cerca de 700 agentes extensionistas, localizados em 68 distritos.¹²²

Foram identificadas pelo menos 36 ONG's que se todas internacionais, que colaboram com os serviços de extensão.¹²³

3.3.3. Organização da extensão rural no pós-socialização do campo

Antes de 1984, havia redes de extensão ligadas principalmente às machambas estatais e aos CRED's. A partir de 1984, com a criação do CFA (Centro de Formação Agrária), em Maputo, surgem as Casas Agrária, Postos de Extensão Rural e as Organizações não Governamentais. Cada uma destas instituições tinham os seus agentes de extensão, incluindo os extensionistas do campo.

¹²¹.ver BR 1997.

¹²².Ministério da Agricultura e Pescas, "Programa sectorial de investimento público, componente extensão", Maputo: Outubro 1997:1.

Foram estes agentes que promoveram as actividades de extensão cujas mensagens eram dirigidas aos produtores dos sectores cooperativo, familiar e privado.¹²⁴

As equipas dos extensionistas de campo dependiam de supervisores ligados directamente às direcções distritais de agricultura, no caso dos serviços de extensão do sector público, para além das empresas privadas e Organizações Não Governamentais estrangeiras. Nas zonas de pouca segurança, os extensionistas trabalhavam nas aldeias sozinhos e sem qualquer protecção. Movimentavam-se em zonas onde os Bandidos Armados (como eram chamados então os guerrilheiros da Renamo) eram frequentes. Alguns até perderam a vida ou foram raptados.¹²⁵

Com a criação da DNDR, em 1987, o governo mostrou a importância que tem a extensão rural. Assim, foram montadas redes de extensão em todas as províncias quer do sector público quer de empresas privadas e das Organizações Não Governamentais. São estas redes de extensão quer do sector público quer do sector privado que estão a levar a cabo as actividades de extensão rural no país em particular no distrito de Angónia.

¹²³ .MAP/DNER, " Documento sumário sobre sistema integrado e unificado de extensão", Maputo: documento apresentado ao III Conselho Coordenador do Ministério da Agricultura e Pescas de 18-21 de Agosto 1998:29.

¹²⁴ .Note-se que apesar da viragem económica incentivar a produção em machambas individuais e privadas, o sector cooperativo não foi menosprezado, apesar de constituir um dos programas da política de socialização do campo.

¹²⁵ . Ministério da Agricultura, "III seminário Nacional de Extensão...", Op. Cit.

CAPÍTULO IV: A AGRICULTURA E OS MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL: CASO DO DISTRITO DE ANGÓNIA

4.1. O distrito de Angónia

4.1.1. Situação físico- geográfica

O distrito de Angónia situa-se a nordeste da província de Tete entre 14 graus e 36 minutos e 15 graus e 14 minutos de latitude Sul e entre 33 graus e 76 minutos e 34 graus e 54 minutos de longitude Este.

Faz fronteira a Norte e Este com a República do Malawi, a Sul com o distrito de Tsangano e a Oeste com o distrito de Macanga.

O relevo é caracterizado por uma única região planáltica com altitudes médias de 1200 metros. A maior elevação situa-se no Monte-Dómuè, na região Norte do Distrito, com uma altitude de 2091 metros.

As maiores precipitações ocorrem nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro. Verifica-se uma redução de pluviosidade nos dois primeiros meses (Outubro e Novembro) do início da época chuvosa e nos dois últimos (Março e Abril) do final da mesma, conforme mostra o quadro seguinte:

Quadro N-º1 Meses com maior precipitação em milímetros

MÊS	1994	1995	1996
JANEIRO	216,5	208,1	113,0
FEVEREIRO	51,5	118,5	142,5
MARÇO	9,9	*	195,6
ABRIL	2,1	*	*
OUTUBRO	0,14	*	*

NOVEMBRO	10,6	4,0	*
DEZEMBRO	126,7	143,0	*

Fonte: DDAP-Angónia. *Não há registo de dados.

O distrito de Angónia tem uma extensão de 3437 quilómetros quadrados, com uma população de 247.999 habitantes cuja densidade é de 72 habitantes por quilómetro quadrado.¹²⁶

4.1.2. Origem da população

A população de Angónia¹²⁷ é descendente do povo Nguni vindo da Zululândia, na África do Sul, e do povo originário deste distrito, os Chewas.

O povo Nguni iniciou uma emigração, deixando as suas terras na zona sul da África Austral, por volta de 1921¹²⁸, e por volta de 1840, o primeiro grupo Nguni¹²⁹ chegou ao Monte Dómuè, no distrito de Angónia. Os Ngunis ficaram impressionados pelas terras férteis nessa zona de Dómuè e começaram a conquistar o povo que lá vivia há já muito tempo- os chewas.¹³⁰

Sabe-se, entretanto, que os Ngunis não pararam apenas em Dómuè. Continuaram com as suas conquistas atravessando o rio Chire e seguindo então sempre em direcção ao norte, atravessa o rio Rovuma e entra no Tanganika e continuaram sempre a se expandir. A sua expansão explica o

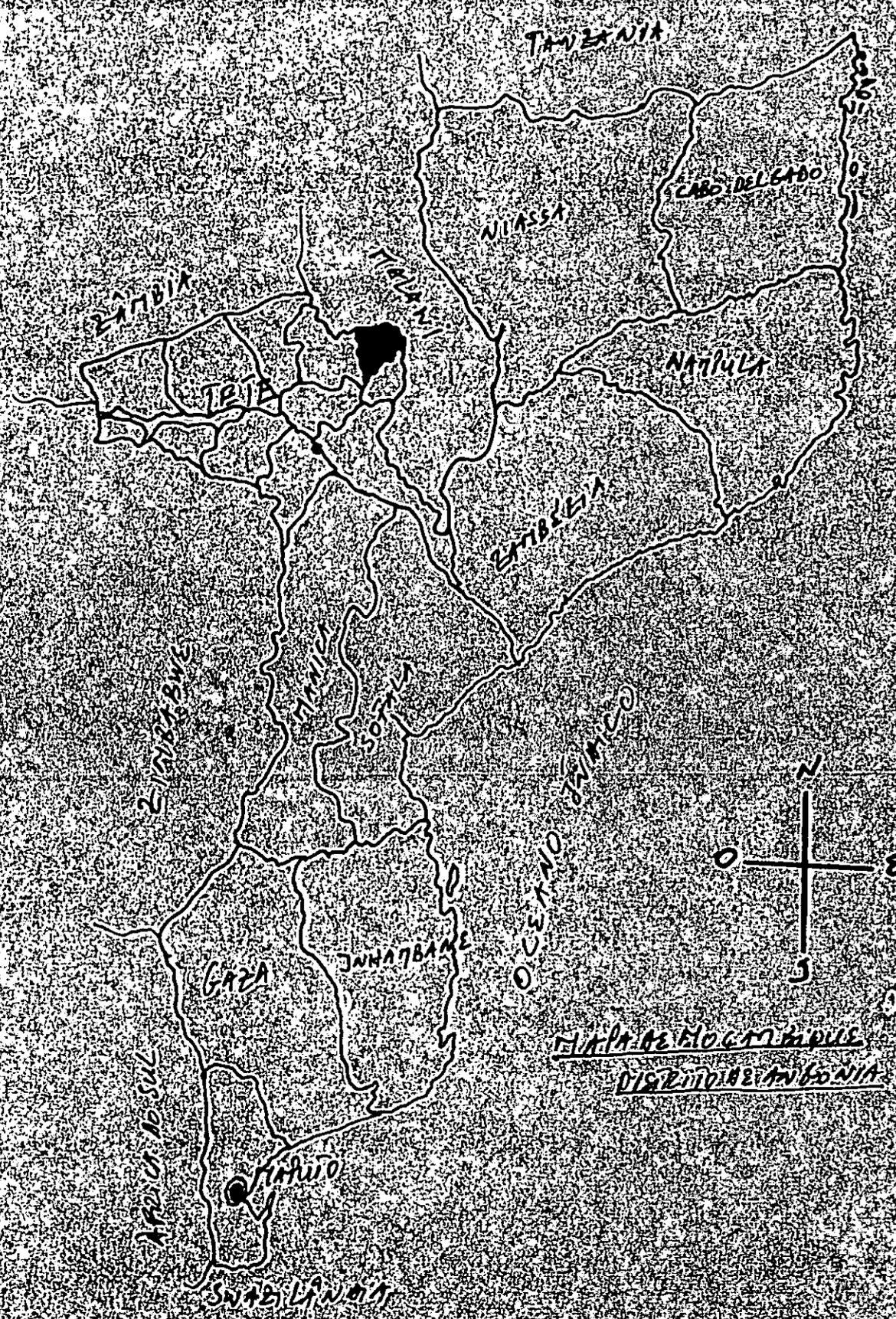
¹²⁶ Segundo o censo de 1997.

¹²⁷ Antes de 1987, a Angónia incluía o território que hoje é o distrito de Tsangano. A palavra Angonia teria derivado dos Ngunis, designação que se deu aos povos que saíram da zululândia no âmbito do movimento da população que ficou conhecido na história por Mfecane.

¹²⁸ Departamento de História/UEM, História de Moçambique, Vol.I: Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886), Maputo: Tempo/UEM, 1988:108.

¹²⁹ Considere-se ainda no grupo Nguni outros povos incorporados por estes ao longo do seu percurso, como os Tsonga e Chonas- veja Maria Leonor Correia Matos, "Notas sobre o direito de propriedades da terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua na província de Moçambique", Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, vol 7, Lourenço Marques 1965:36.

¹³⁰ Matos, Op. Cit.:26.



MAPA DE MOZAMBIQUE
DISTRITO DE ANSOBIA

facto de haver actualmente população de origem Nguni na Zâmbia, no Malawi, Tanzania, Quénia, para além da Angónia, em Moçambique.¹³¹

Foi a partir de Dómuè que os Ngunis começaram a espalhar-se por todo o território de Angónia. O motivo para migração interna era o crescimento populacional e a consequente necessidade de ter mais terras para cultivar.

Os Ngunis conquistaram as terras dos Chewas e desmantelaram o sistema ora vigente do poder, instalando o seu sistema mais hierarquizado, substituindo o chefes dos Chewas. As sociedades dos Ngunis eram patrilineares enquanto as chawas eram matrilineares.

O actual sistema social de controle e transmissão da terra é composto por elementos dos dois sistemas. Pode-se dizer que ao longo dos anos tem se estabelecido um sistema social próprio dos Angonis¹³², mas um sistema que ainda mostra uma diferenciação com alguns grupos populacionais mostrando mais proximidade ao antigo sistema dos Chewas e outros ao dos Ngunis.

Os sistemas de organização social representados pelos dois povos têm ambos influenciado os sistemas actualmente em vigor que têm a ver com o controle e o uso da terra. Mas a herança da terra é ainda dominada pelo sistema matrilinear. Isto significa que as machambas de um novo lar são na maioria dos casos herdadas do lado da mulher. É mais frequente um novo casal ter a sua residência na zona da mulher do que o contrário.

A distribuição da terra foi feita pelos e entre os Ngunis e foi organizada pela autoridade deles: os chiwangas, indunas e nyakwawas, sob o controlo do chefe máximo, o mfumo.

¹³¹ . Matos, Op. Cit.:26. Veja também António Rita-Ferreira, Pequena história de Moçambique pré-colonial, Lourenço Marques: Tempográfica: 63-66.

CURRICULUM VITAE

1- DADOS PESSOAIS

Nome: Jorge Miguel Anselmo

Idade: 35 anos

Nacionalidade: Moçambicana

Estado Civil: Solteiro

2- FORMAÇÃO ACADÊMICA

Nível Superior:

1997: 5º ano do Curso de História

Instituição de ensino: Universidade Eduardo Mondlane

1994: Ingresso na Universidade Eduardo Mondlane.

Nível Médio:

1985/86: Frequencia do curso médio de Jornalismo

Instituição de ensino: Escola de Jornalismo de Maputo

Grau atingido: Técnico de Jornalismo

1983/84: Frequencia do curso de formação de professores do ensino secundário

Instituição de ensino: Instituto Médio Pedagógico da Beira.

Nível Secundário

1982: Conclusão da 9.ª classe

Instituição de ensino: Escola Secundária de Tete

1980-1982: frequência da 7.ª e 8.ª classes

Instituição de Ensino: Escola Secundária 25 de Setembro de Quelimane

1979-Conclusão da 6.ª classe

Instituição de ensino: Escola Secundária de Quelimane

Nível Primário:

Escola Primária 25 de Junho-Tete.

3- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1987-2000 Jornalista da Rádio Moçambique

4- INFORMAÇÃO ADICIONAL

Capacitação profissional:

Curso de História da Língua portuguesa

Curso de operador de computador:

- Word Perfect
- lotus 123
- Dbase
- MS DOS
- Windows(Word)

Outras actividades:

Tradução de língua Nyungue para a portuguesa de:

-documentários "afinal satana é uma criança", de realizadores austriacos;
documentário "Wiriamo ", realizado pela SIC, uma televisão portuguesa.

5- DOMÍNIO DE LÍNGUAS

-Língua portuguesa- leitura, conversação e escrita- excelente

-Língua inglesa- leitura razoável

-Língua Nyungue- conversação- bom

6- ENDEREÇO:

Telef 429908-directo ou 431680/3 ext-207

Maputo, aos 16 de Maio de 2000.

4.2. A agricultura no distrito de Angónia

4.2.1. A agricultura no período pré-colonial

Ao contrário do que acontecia na região vizinha da Macanga, a agricultura no período pré-colonial na Angónia não era itinerante.¹³³ Havia entre os Angonis uma certa estabilidade da agricultura. As machambas, quer em uso quer em pousio, permaneceram praticamente no mesmo local¹³⁴.

As condições ecológicas, económicas e outras determinaram o tipo de agricultura praticado na Angónia.

Matos aponta como causas o facto de Angónia ter estado (e continua sendo) muito povoada e muitas aldeias espalhadas e conseqüentemente a terra era (é ainda) escassa. Com uma densidade demográfica de então muito mais elevada- de cerca de 23,5 habitantes/quilómetro quadrado- (hoje 72 habitantes por quilómetro quadrado) os Angonis não tinham (e ainda não têm) a possibilidade de praticarem uma agricultura itinerante e os seus métodos de cultivo são mais progressivos.¹³⁵

A produção era dominada pelo milho muitas vezes em consociação com outras culturas como feijão, amendoim e mapira. Esta produção agrícola camponesa era complementada pela recollecção, caça e pesca.¹³⁶

A propriedade da terra em qualquer uma das machambas da população era determinada

¹³² .Angonis é o plural de Angoni que significa população que vive na Angónia.

¹³³ .Prática de cultivo que obriga os camponeses a mudarem sucessivamente do lugar das suas machambas, devido ao esgotamento dos solos.

¹³⁴ . Matos, Op. Cit.:53.

¹³⁵ . Matos, op. Cit.: 21.

¹³⁶ .AHM, SE a IV pp.14-49, Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze, Elementos económicos e sociais-1959 e 1960, Aspectos económicos e sociais do agricultor nativo:92.

pelo uso. Para abrir uma machamba, as famílias camponesas tinham que obedecer certos princípios locais. Ninguém se podia instalar numa aldeia e abrir a sua machamba, sem ser por laços matrimoniais ou por autorização excepcional do chefe. Ao instalar-se passava a ser membro do núcleo populacional existente e tinha que obedecer as suas regras e normas, além de trabalhar pela sobrevivência e pela reprodução da comunidade, no quadro das regras de jogo existentes, como as áreas a cultivar, as culturas, a percentagem dos resultados a armazenar e a comercializar, etc.¹³⁷

Uma característica principal da agricultura desse tempo é que a abundância ou fome era determinada pela vinda ou não da chuva.¹³⁸ Eram tempos em que os camponeses dependiam muito da natureza.

O período de trabalho das famílias camponesas ia das 6 às 12 horas e por vezes era retomado das 14 às 16 horas. As refeições diárias eram basicamente constituídas por milho, amendoim, feijão, carne de caça e peixe dos rios.¹³⁹

A agricultura era fundamentalmente uma actividade desenvolvida pela mulher. O homem no quadro da divisão social do trabalho e face as características das sociedades matrilineares, era emigrante por excelência, podendo-lhe competir, caso estivesse presente, duas das actividades agrícolas- o derrube e a colheita.¹⁴⁰

O calendário agrícola começava em Agosto, altura do início da preparação da terra (capinagem, derruba e queimada), em Outubro ou Novembro, de acordo com as chuvas, passava-se as sementiras, para em Dezembro e Janeiro se fazer a sacha, de Abril a Julho, as colheitas.¹⁴¹

¹³⁷ .Idem.

¹³⁸ .Idem.

¹³⁹ .Idem.

¹⁴⁰ .Idem.

4.2.2. As técnicas de cultivo no período pré-colonial

Os angonis tinham um conhecimento tecnológico acumulado pela prática. Este conhecimento, geralmente sobre práticas agrícolas, era transmitido de geração em geração. Os instrumentos de trabalho agrícola era rudimentares, consistindo geralmente numa pequena enxada e machadinho. Com estes instrumentos de trabalho os angonis abriam as suas machambas.¹⁴²

As técnicas de cultivo empregues pelos angonis permitiam obter maiores rendimentos da produção. Duas destas técnicas eram muito praticadas. A primeira consistia em fazer pequenos montes de terras (chamados *catutu* em língua local) dentro dos quais se metia capim seco. Por uma abertura largava-se o fogo ao capim, que ardia juntamente com a terra. No mês seguinte semeava-se nestes *catutus* abóboras, pepinos e milho, culturas que muito se desenvolviam. Esta técnica, apesar dos grandes rendimentos que ela trazia, tinha a desvantagem de provocar a deterioração do solo.¹⁴³

Outro método de cultivo praticado pelos angonis e que permitia maior produção consistia na colocação de capim verde em fileiras compridas e de largura aproximada de meio metro e coberta de terra. O capim contido nestes camalhões (*mizere* ou *mtumbira* em língua local) é deixada apodrecer até ao ano seguinte. No ano seguinte eram semeados milho, nos camalhões, e feijões ou amendoim, nos regos. Mais frequente era (e é prática até hoje) semearem-se nos camalhões alternadamente pés de milho- um pouco na mesma cova- e pés de feijão, deixando os regos limpos; no ano seguinte faziam camalhões onde tinham feito os regos e assim sucessivamente. Por vezes plantavam-se pés de mandioca nos regos, mas frequentes vezes esta era plantada à volta da

¹⁴¹ .Idem.

¹⁴² .Idem.

machamba, constituindo os seus limites.¹⁴⁴

Até hoje, geralmente as machambas dos angonis nunca são feitas, em campos razos, mas sempre em *mtumbiras* ou *catutus*.

4.2.3. A instalação dos colonos na Angónia

A instalação dos colonos portugueses¹⁴⁵ na Angónia teve início nos princípios do século XX. A presença de colonos portugueses na Angónia fez parte do reforço do colonialismo português em Moçambique, que se deu após o golpe de estado militar de 1926 em Portugal a que se seguiu a política de nacionalismo económico.¹⁴⁶

Após a subida de Salazar ao cargo de Presidente do conselho, em 1932, foram criadas as condições para uma auto-emigração em massa dos portugueses para as suas colónias. Desde 1932 até 1975, centenas de milhar de portugueses vieram para as suas colónias.¹⁴⁷ Muitos destes vieram para Moçambique, particularmente para Angónia.

Ora, na altura do golpe de estado em Portugal, Angónia era parte do prazo Macanga,¹⁴⁸ e estava a ser administrada pelos representantes da Sena Sugar Estates, tendo-o o transformado em reserva de mão de obra para as suas açucareiras de Luabo e Marromeu.¹⁴⁹

Os portugueses incorporaram as estruturas políticas locais de Angónia, ou seja, os *pfumos*,

¹⁴³ . Matos, Op. Cit.:51.

¹⁴⁴ . Matos, Op. Cit.:52.

¹⁴⁵ . Falo de colonos portugueses no âmbito do reforço do colonialismo em Moçambique e não em relação a sua primeira aparição pelas terras de Moçambique, concretamente em Tete que data do século XVI.

¹⁴⁶ . DH/UEM, História de Moçambique vol.III..., Op. Cit.:35.

¹⁴⁷ . Olaf H.T. Juergensen, Peasants on the periphery of rural change in Mozambique, c1960-1992 (Tese para a obtenção do grau de PHD): Kingston: Queen's University (Canada), Março de 1996:90.

¹⁴⁸ . Situação a que pôs fim o Diploma Legislativo n.º 255, de 23 de Agosto de 1930, que extinguiu o prazo e criou a circunscrição de Angónia- veja Matos, Op. Cit.:31.

¹⁴⁹ . João Paulo Borges Coelho, " Tete, 1900-1926 : O estabelecimento de uma reserva de mão de obra", Arquivo N.º10, Maputo 1991:123.

indunas, chiwangas e nyakwawas no aparelho administrativo colonial. Estes, tornados régulos, estavam encarregues de recrutamento de trabalhadores assalariados, da recolha do imposto em géneros e mais tarde em dinheiro para o Estado português.¹⁵⁰

Os agricultores colonos, incentivados pelo Estado português, abriram machambas, apropriando-se de terras em pousio pertencentes à população.¹⁵¹ Os colonos concentraram-se muito mais na localidade de M'tengo-wambalame, perto da fronteira com o Malawi. Assim tinha acesso fácil aos principais circuitos de comercialização deste país.

Em 1965 existiam na Angónia pelos menos 11 agricultores colonos. Estes cultivavam principalmente milho, batata, feijão e hortícola.¹⁵²

O número de colonos na Angónia veio a aumentar muito mais nos anos 70, como elemento da estratégia portuguesa de defesa contra o avanço da luta de Libertação de Moçambique, liderada pela FRELIMO. O Anuário de Moçambique¹⁵³ assinala no distrito da Angónia 43 agricultores privados, quase todos portugueses. A sua principal actividade económica era a agricultura, mas alguns deles eram também cantineiros e proprietários de moagens. Estavam concentrados em Gimo, Dómuè, Jolilo, Majaua, Mirione, Calómuè, Vila Coutinho (hoje Vila Ulónguè), Tsangano (hoje um distrito separado do da Angónia) e Flotia.

Com a instalação destes colonos, grande parte dos camponeses da região perdeu as suas machambas. Por causa disso, foram registados conflitos fortes e abertos entre colonos e camponeses que perderam machambas sob cultivo e a sua colheita, principalmente na localidade de M'tengo-wambalame, onde estava concentrada a maior parte dos agricultores colonos. Mesmo

¹⁵⁰ .CEA/UEM, "Famílias camponesas da Angónia no processo de socialização do campo", Maputo:CEA/UEM, 1983:13.

¹⁵¹ .CEA/UEM, "Famílias camponesas...", Op. Cit.:13

¹⁵² . Idem.

assim, os colonos com o apoio do Estado Português acabaram se fixando na Angónia, ocupando as melhores terras e ainda beneficiando-se da mão-de-obra barata que era proveniente deste mesmo campesinato que havia perdido as suas melhores terras.

4.2.4. As Relações entre os camponeses e o sistema capitalista colonial

As relações entre os camponeses e o sistema capitalista colonial estavam mais centradas na força de trabalho.

O distrito de Angónia foi fonte de mão-de-obra para os agricultores colonos que se tinham instalados no local e para os grandes projectos então em curso nas terras longínquas.

Os agricultores colonos dependiam da utilização da mão-de-obra barata recrutada das famílias camponesas na Angónia. Para obterem a mão-de-obra, eles apresentavam o seu pedido ao chefe do posto e este, por sua vez, mandava os pfumos, chiwangas, nyakwawas e indunas recrutar o número de trabalhadores pedidos. Além disso, por contratos de pelo menos seis meses, os camponeses da Angónia eram levados para as plantações de açúcar de Marromeu, Buzi, Luabo, Mafambisse, para o Porto da Beira, para as serrações de Inhaminga e Dondo e para a construção de linhas férreas Beira/Umtali, Beira/Inhaminga e Beira Blantyre.¹⁵⁴ Para evitarem o trabalho forçado a que estavam sujeitos muitos destes homens fugiram para as cidades do Malawi (Niassalândia), para as minas e fazendas da Zâmbia (Rodésia do Norte), do Zimbabwe (Rodésia do Sul) e da África do Sul.¹⁵⁵

Alguns destes emigrantes regressaram à casa (Angónia) com novos conhecimentos

¹⁵³ . Anuário de Moçambique de 1970/71: 1264/1265.

¹⁵⁴ .CEA/UEM, "Famílias camponesas...", Op. Cit.:9 e CEA/UEM, "Organizar os trabalhadores das machambas estatais: Caso do CAIA", Maputo:CEA/UEM, 1993:1

¹⁵⁵ .Idem:10.

técnicos, novos padrões de consumo e, por vezes, com pequenos fundos monetários que foram investidos nos seus campos de cultivo, comprando charrua ou empregando mão-de-obra adicional. Ainda com os fundos, o homem emigrante pode obter gado bovino, através do processo de compra e venda, cuja criação antes era monopolizada pelas famílias ngunis.¹⁵⁶

Estes factores levaram algumas famílias a produzirem mais que as outras o que provocou uma diferenciação na organização da produção familiar reforçada pelas formas de exploração impostas com a instalação de colonos no distrito da Angónia. Alguns camponeses semi-proletarizados¹⁵⁷ fizeram uso nos seus campos de produção dos conhecimentos adquiridos como trabalhadores nas machambas dos agricultores colonos fazendo crescer rapidamente o número de famílias camponesas que organizavam a produção com base em insumos comprados- adubo, semente de batata e hortícolas.¹⁵⁸

A diferenciação na organização da produção familiar não levou, no entanto, à consolidação de uma pequena burguesia rural significativa com base no campesinato especializado na produção comercial. Esta classe teria entrado em competição com as machambas dos colonos e por esta razão a sua existência foi sistematicamente reprimida.

4.2.5. Extensão rural no período colonial na Angónia

Os camponeses da Angónia crêm que algumas técnicas de cultivo melhoradas foram

¹⁵⁶ .CEA/UEM, "Famílias camponesas...", Op. Cit.:10

¹⁵⁷ .A semi-proletarização foi uma relação entre empresas capitalistas e famílias camponesas. Uma força de trabalho barata nas empresas capitalitas dependia da existência de uma agricultura familiar, por sua vez dependente do trabalho assalariado e que sustentava o trabalhdor e a sua família em determinados periodos da sua vida, veja CEA/UEM, "Organizar os trabalhadores..."Op. Cit.:3.

¹⁵⁸ .CEA/UEM, "Famílias camponesas...", Idem: 10.

adquiridas ou enquanto trabalhadores das machambas dos colonos¹⁵⁹ ou nas lojas quando compravam alguns insumos agrícolas eram ensinados sobre o seu uso.¹⁶⁰ Além disso, o trabalho migratório, de a que a população da Angónia foi sujeita, fez com que o conhecimento de novas técnicas agrícolas das terras distantes afluíssem àquela região. Em consequência da migração, o campesinato da Angónia adquiriu muita experiência e conhecimento de novas técnicas agrícolas e artesanais de tracção animal para o transporte a lavoura, rega, horticultura e utilização de sementes melhoradas.¹⁶¹

Algumas informações sobre inovações agrícolas acompanhavam-nas do Malawi, via Rádio. Eram programas produzidos pelas autoridades coloniais no Malawi sobre as técnicas para evitar a erosão do solo de modo a garantir uma grande produção de milho. Estas técnicas foram largamente espalhadas naquele país e estenderam-se, via Rádio ou por meio das movimentações das populações fronteiriças, até Angónia. Uma destas técnicas consistem em semear em sulcos paralelos ao contorno da terra para melhor captação da água.¹⁶²

Os camponeses da Angónia ainda escutam cuidadosamente até hoje as emissões em Nyanja ou Chichewa na Rádio Malawi, que desenvolvem novos métodos de adubação, esquemas de rega, divulgação de informação sobre pragas. Através da Rádio do Malawi os camponeses de Angónia recebem mensagens sobre chuvas e sobre o que é possível semear.

O recurso à Rádio Malawi só demonstra que não era prioridade do governo colonial

¹⁵⁹ .Tal como Hermínio Rodrigues, que fornecia factores de produção da batata, sementes e adubos- em troca de produtos entregues no fim da campanha.

¹⁶⁰ . Floriano Djo, entrevista Dzimeza, 11.03.98. Este camponês disse que " os colonos, a Tsamunda, na língua local, apesar de nos fazer sofrer vendiam sementes, adubo... e ensinava como usarmos nas nossas machambas".

¹⁶¹ .Uma pesquisa do Centro de Estudos Africanos não encontrou nenhum homem na Angónia que nunca tivesse trabalhado fora da sua machamba-veja CEA/UEM, "Famílias camponesas...", Op. Cit.:10.

¹⁶² .Paul Robson, Tecnologia rural no distrito de Angónia, província de Tete, 1983-1985, Maputo: Projecto MONAP:8.

português em Moçambique desenvolver a agricultura do sector familiar, talvez com o receio que isso conduzisse à consolidação de um campesinato forte que entrasse em competição com as machambas dos colonos. Deste modo, uma política visando desenvolver a produção do sector familiar não existia na Angónia, sobretudo que incluísse programas de extensão quer via emissões radiofónicas quer através de redes de extensão rural.

Assim, encontramos na Angónia um campesinato que introduziu inovações no seu sistema agrícola com base nas experiências trazidas pelos homens emigrantes ou dos assalariados nas machambas dos colonos ou ainda com base nos programas de extensão das emissões em Nyanja ou Chichewa na Rádio Malawi.

4.3. Angónia no período de socialização do campo

No período de socialização do campo, havia em Angónia, como noutras regiões do país, projectos de desenvolvimento rural, no âmbito do amplo movimento de socialização do campo assentes (1) nas cooperativas agrícolas, (2) na criação de aldeias comunais e (3) machamba estatal CAIA.

4.3.1. Cooperativas agrícolas em Angónia

Na Angónia, nos primeiros anos da independência foram organizadas machambas colectivas em vários círculos do distrito.

A partir da campanha de 77-78 iniciou-se uma forte mobilização para se formarem cooperativas em cada círculo do distrito. As machambas que tinham sido ocupadas por cultivadores individuais, por altura da independência foram reapropriadas e entregues às cooperativas. Isso

aconteceu nas regiões de Mulanguene e Monequera. Noutras áreas, as machambas familiares em pousio foram novamente desbravadas mecanicamente pela Direcção Provincial de Agricultura de Tete e posteriormente entregues às cooperativas de produção. Esta actitude do novo governo surpreendeu as populações que esperavam com a independência poder recuperar as suas terras que haviam sido arrancadas por agricultores colonos.¹⁶³

As cooperativas eram vistas inicialmente como forma de expropriação das suas áreas de cultivo e, por causa disso, quase todas as cooperativas começaram com um número restrito de sócios(mais ou menos 20) que assumiram a responsabilidade pelo cultivo.

Nesta altura cada camponês queria proteger a sua machamba, mas aos poucos foram compreendendo a necessidade de eles estarem integrados em cooperativas, mas isso passava pelo desbravamento de uma nova área para as cooperativas segundo um camponês em Dzimeza.¹⁶⁴

"Todos os meus companheiros [camponeses] tinham entre 1 e 2 dias para trabalhar na cooperativa [cooperativa 7 de Abril a que pertencia este camponês]. Os outros dias eram destinados ao trabalho da sua machamba".

Esta cooperativa tinha poucos cooperativistas (cerca de vinte), mas segundo o entrevistado produzia entre 40 a 50 sacos de milhos, entre outras culturas.¹⁶⁵

Um estudo do CEA¹⁶⁶concluiu que só Cajula Base, uma cooperativa de regressados do Malawi,¹⁶⁷com 104 membros, seguiu o padrão clássico dos primeiros anos da independência de envolver toda a população duma zona na produção colectiva. Existiam cooperativas em que um só

¹⁶³ .CEA/UEM, "Famílias camponesas...", Op. Cit.:21.

¹⁶⁴ .Jakob Chakufurani, entrevista, Dzimeza, 11.03.98.

¹⁶⁵ . Idem:

¹⁶⁶ .CEA/UEM, "Famílias camponesas...", Op. Cit.:27.

¹⁶⁷ . Na Angónia, tanto as cooperativas quanto as aldeias comunais foram inicialmente organizadas por regressados do Malawi, nas antigas zonas libertadas, no nordeste do actual posto administrativo de Dómuè-veja CEA/UEM, "Famílias Camponesas...", Op. Cit.:19.

4.3.3. *Machambas estatais*

Existiu na Angónia uma machamba estatal conhecida por CAIA (Complexo Agro-Industrial de Angónia).

O CAIA foi formado em 1976, a partir de terras e instalações abandonadas da Casa Agrícola naquele distrito.

Dos aproximadamente 2000 ha postos em cultura pela Casa Agrícola em três zonas separadas das localidades de M'tengo-wambalame e Tsangano, o CAIA cresceu rapidamente para quase 10.000 ha cultivados em 1981/82.¹⁷¹

Para aumentar a produção total da machamba, o CAIA contava com dois caminhos: a expansão da área cultivada e a introdução da mecanização.

A sua expansão absorveu mais propriedades abandonadas por colonos, abriu novas machambas em áreas de pousio ou de pastagem, desbravou uma nova unidade na localidade de Dómuè e ocupou terras cultivadas por camponeses em algumas zonas onde os colonos não tinham cultivado todas as terras aptas.¹⁷²

Os campos do CAIA eram compostos por blocos dispersos, intercalados por machambas familiares e pastagens. As culturas dominantes eram o milho, feijões, batata e árvores de fruta como macieiras e pessegueiros.

A sua actividade industrial resumia-se a uma fábrica de moinhos em Calómuè, também deixada por colonos, e uma fábrica de tijolos, montada para apoiar o plano de construção da

¹⁷⁰ . Camponeses, Dómuè, entrevista, 10.03.98.

¹⁷¹ .Ver CEA/UEM, "Organizar os trabalhadores...", Op. Cit.:1.

¹⁷² .Esta expansão do CAIA absorvendo as terras dos camponeses não foi do agrado destes que esperavam com a independência retomar as suas terras que tinham sido ocupadas pelos colonos- vide CEA/UEM, "Famílias camponesas da Angónia no processo de socialização do campo", Maputo:CEA/UEM, 1983:21.

empresa.¹⁷³

Com a nacionalização das machambas abandonadas por colonos e o seu agrupamento numa empresa estatal, o CAIA, o novo governo criou a base para a formação de um sector de produção socialista no campo.

O CAIA era uma das 109 machambas estatais no país. O seu principal centro de administração estava localizado em N'tengo-wambalame, a 25 quilómetros a sudeste de Ulónguè, a sede do distrito de Angónia. Tinha ainda duas sub-administrações, uma em Chitema, 20 quilómetros a Oeste da sede do Posto Administrativo de Dómuè, que dista a 30 quilómetros a Norte de Ulónguè,¹⁷⁴ e o outro em Tsangano.¹⁷⁵

4.4.O CAIA e a extensão rural

Conforme as orientações e recomendações do IV Congresso da FRELIMO, o CAIA assumiu um papel de apoio ao sector camponês no distrito de Angónia. Esta machamba estatal prestou apoio directo à produção das cooperativas e aos produtores dos sectores familiar e privado.¹⁷⁶

Para este objectivo, o CAIA criou uma rede de extensão agrária na Angónia. A rede de extensão do CAIA foi montada numa área de cerca de 90.000 hectares, divididos em cinco áreas de influência nomeadamente N'tengo-wambalame, M'tengo-Umodzi, Vila Ulónguè, Tsangano e Dómuè. Cada uma destas áreas de influência englobava entre 30 e 50 aldeias e círculos.¹⁷⁷

Na base deste sistema havia um extensionista por aldeia ou círculo a apoiar os sectores

¹⁷³ .CEA/UEM, "Organizar os trabalhadores...", Op. Cit.:1.

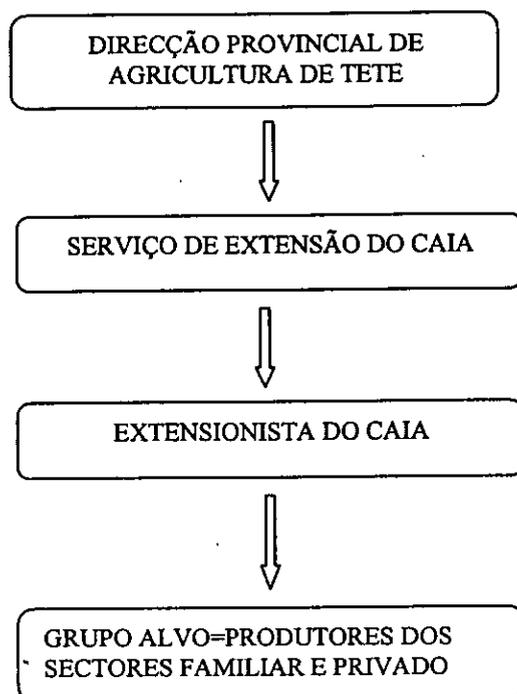
¹⁷⁴ .Olaf H. T. Juergensen, Peasants on the periphery: A geography of rural change in Mozambique, c1960-1992(tese para PHD): Kingston: Queen's University(Canada), Março de 1996:211/214.

¹⁷⁵ .Tsangano é hoje um distrito administrativamente independente da Angónia.

¹⁷⁶ .Ruud Ludmann, "Relatório sobre as actividades do serviço de extensão no distrito de Angónia entre 1983 e 1985"Maputo: Ministério da Agricultura, 1985.1. Carlos Carneiro, Entrevista, Ulónguè 14.03.98.

familiar e privado. O serviço de extensão do CAIA contava com 80 extensionistas¹⁷⁸ que constituíam o elo de ligação entre a população camponesa e os quadros do serviço de extensão agrária do CAIA.¹⁷⁹

Rede de extensão do CAIA



A extensão do CAIA consistia no aconselhamento aos produtores dos sectores familiar, cooperativo e privado sobre as melhores técnicas agrícolas além de fornecer insumos e aluguer de equipamento agrícolas principalmente tractores. Os extensionistas aconselhavam os produtores como semear milho em linha, feijão, a batata e mandioca.¹⁸⁰

Os extensionistas do CAIA envolviam-se também na montagem de campos de

¹⁷⁷ .Sete a dez destes círculos agrupados formam uma zona de influência; quatro a seis destas zonas constituem uma área.

¹⁷⁸ .Carlos Carneiro, entrevista Ulóguè, 14.03.98; Jaime Banda, entrevista, Ulóguè, 14.03.98.

¹⁷⁹ .Ludemann, idem.

demonstração dentro dos blocos da empresa e faziam a inventariação das necessidades dos produtores em factores de produção e a distribuição dos mesmos.¹⁸¹

A guerra entre a Renamo e a Frelimo veio a interromper esta actividade. Até aos fins de 1985, as actividades do serviço de extensão do CAIA estavam praticamente paralizadas. Gradualmente a evolução da situação da guerra pôs fim aos trabalhos dos extensionistas do campo- muitas famílias abandonaram as suas residências e machambas à procura de sítios mais seguros.

A circulação dos extensionistas, técnicos agrícolas e outros funcionários do estado reduziu-se extremamente. Ataques às sede de localidade, às Unidades de Produção do CAIA, intimidações à população e outras actividades da Renamo impossibilitaram a continuidade do funcionamento da rede de extensão rural da Angónia.

O CAIA, como produto da política de socialização do campo, desenvolveu, em dois anos (1983-1985), a extensão rural, que deixou os camponeses com conhecimentos sobre as melhores práticas agrícolas. Hoje este conhecimento está sendo muito útil para outros camponeses.¹⁸²

O conhecimento anterior de algumas técnicas agrícolas tem constituído uma boa base para a programação dos serviços de extensão em Tete, como por exemplo, no desenvolvimeno da extensão, com base nos grupos de interesse¹⁸³ou seja forma-se grupos de produtores com base na escolha da mensagem que querem receber.

¹⁸⁰ . Manica da Costa, entrevista, Tete 20.03.98.

¹⁸¹ . Carlos Carneiro, entrevista, Ulónguè, 14.03.98.

¹⁸² .Chairodi Biciassi, Chiwanga de Dzimeza, entrevista, 11.03.98.

¹⁸³ .Manuel Chá, entrevista, Ulónguè, 03.03.98.

4.4.1. Métodos de comunicação na extensão no CAIA

Como que o extensionista de campo, sendo o técnico que desenvolve a sua actividade profissional no âmbito dos serviços de extensão no campo, fazia chegar a sua mensagem, os seus conselhos sobre as melhores técnicas de produção aos destinatários na Angónia- os camponeses? Quais os métodos de comunicação na extensão que o extensionista do campo utilizava para atingir os seus objectivos?

"O método de comunicação usado era a reunião com grupos de camponeses para fins de aconselhamento técnico agrícola. Mas antes eram contactados os secretários das aldeias, que são povoações com base em linhagens. Estes [secretários] comunicavam as pessoas [os camponeses] para a reunião, num local onde se dava o aconselhamento sobre as melhores técnicas agrícolas".¹⁸⁴

Para a sua formação, os extensionistas participavam nas reuniões semanais sob a direcção do chefe de zona para coordenar as actividades de extensão. Os chefes de zona, por seu lado, participavam numa reunião semanal na sede da área para a coordenação ao nível da área. Ao nível do distrito, os chefes de áreas reuniam-se semanalmente no CAIA para avaliação das actividades correntes, discussão do programa em execução e solução de eventuais problemas. Trimestralmente, realizavam-se reuniões de avaliação e programação das actividades no CAIA.¹⁸⁵

No CAIA havia campos de ensaios para os extensionistas que entravam directamente em contacto com os camponeses, sobretudo do sector familiar e privado e não para o sector cooperativo:

¹⁸⁴ . Manica da Costa, entrevista, Tete, 20.03.98.

¹⁸⁵ . Carlos Gonçalves, entrevista, Tete.

"O serviço de extensão montado pelo CAIA se dirigia apenas ao sector familiar. As cooperativas dirigiam os seus problemas não por meio do extensionista, mas directamente à direcção do CAIA".¹⁸⁶

Segundo Carneiro, foi assim porque as cooperativas eram uma das grandes apostas do governo no âmbito da política de socialização do campo depois das empresas estatais, tal como era o CAIA.¹⁸⁷

O extensionista foi, então, um dos grandes elos de ligação entre o CAIA e os camponeses:

"Jaime Banda [extensionista do CAIA] comunicava os chefes das povoações sobre o dia da explicação relativo a questões agrárias [extensão]. A mensagem transmitida era sobre os melhoramentos da cultura de milho e a feitura de fileiras onde eram lançadas as sementes. Entretanto, este trabalho do extensionista ficou afectado com a guerra entre a Frelimo e a Renamo".¹⁸⁸

O mesmo acontecia em relação ao sector privado a que era fornecido insumos agrícolas e aconselhamentos técnicos. A diferença é que aqui o extensionista formava um trabalhador assalariado experiente ou próprio dono:

"Comecei como agricultor em 1972 e continuei a sê-lo depois da independência. Desde 1979 tinha a minha machamba em Ndziende até 1992 após a assinatura dos acordos de Roma. A Renamo arrancou-me a machamba dizendo que aquela é uma área sob o seu controlo. Mas eu vinha produzindo aí em todo o tempo de guerra a partir do Malawi onde me encontrava refugiado, uma vez que a machamba está localizada perto da fronteira. Em 1984/85 recebi apoio dos extensionistas do CAIA do bloco de Dómuè. Eu era por eles formado e eu, por minha vez, formava

¹⁸⁶ .Carlos Carneiro, Entrevista, Ulónguè, 14.03.98.

¹⁸⁷ . Carlos Carneiro, Entrevista, Ulónguè, 14.03.98.

os meus trabalhadores reunidos em grupos de 25 pessoas. Eu tinha na altura 100 trabalhadores. Portanto tinha 4 grupos por formar. A mensagem que lhes transmitia era a maneira como devem por os fertilizantes; a maneira de semear e de fazer a sacha. Estas mensagens iam ao encontro das minhas necessidades. Assim chegava a produzir numa campanha agrícola 4 toneladas de milho e 250 sacos de 100 quilogramas de feijão".¹⁸⁹

Este agricultor recebia formação com os técnicos agrários do CAIA. O método que ele empregava para explicar os seus trabalhadores era reuni-los em grupo. Este método era também para os camponeses do sector familiar, quer dizer, a maioria das mensagens agrícolas eram transmitidas em reuniões convocadas pelos extensionistas do campo pertencentes ao CAIA. Vezes houve em que algumas famílias iam aos próprios blocos do CAIA ou ao CRED de M'tengowambalame para ver de perto a evolução das cultura influenciadas com o emprego de técnicas melhoradas quer em campos de demonstração quer nos próprios blocos de produção do CAIA. Estes, por sua vez, aplicavam-nas nas suas machambas. Quando dessem bons resultados, eram imitados pelos outros camponeses.¹⁹⁰

É, deste modo, que encontramos na Angónia vários níveis de comunicação: do extensionista para o camponês feita em reuniões. Esta era mais de formação, de transmissão de informação. Tinha um carácter unidireccional, isto é, do extensionista para o camponês e poucas vezes de camponês para o extensionista.

Temos o nível em que as machambas dos camponeses que iam ao CAIA a servirem de campos de demonstração para que as técnicas fossem adoptadas por outros camponeses. As técnicas empregues pelo CAIA e os resultados positivos que daí provinham serviam de exemplo

¹⁸⁸ .Damiano Patice, entrevista, Dómuè, 09.03.98.

¹⁸⁹ .Fabião Borge, entrevista, Dómuè 09.03.98.

para os camponeses implementarem nas suas machambas individuais. Eram sobretudo técnicas para a melhor produção da batata, do milho.

Além desta, temos a comunicação sobre técnicas através dos trabalhadores do CAIA, quer efectivos, quer sazonais, que tendo as suas machambas, empregavam nelas as técnicas melhoradas de cultivo aprendidas no CAIA. Eram sobretudo técnicas para a melhor produção da batata, do milho.

Assim temos a reunião como o método de transmissão de informação predominante no campo no período de socialização do campo:

Sem acompanhar a informação sobre as inovações técnicas nas reuniões com os extensionistas, não era possível por outra via. A rádio [RM] não atingia Angónia. Muitas vezes os camponeses da região acompanhavam os programas de extensão através das emissões da Rádio Malawi. Um camponês disse que até hoje esta Rádio continua a transmitir programas de extensão cujas principais mensagens são tal como aquelas transmitidas pelos extensionistas locais, como o combate à erosão e o reflorestamento.¹⁹⁰ Deste modo, os extensionistas só vem reforçar em alguns casos (porque nem todos os camponeses da Angónia escutam a Rádio Malawi) o trabalho que é feito agora pelos extensionistas da rede piloto de Angónia. Para aquele camponês, o importante é o governo criar condições para que haja adubo na Angónia para incentivar a produção. Ele recorda os tempos do CRED em que eram ensinados a produzir estrume composto para adubação. Isso hoje não se verifica, diz o camponês. Contudo, ele acha, entretanto, estar a realizar-se um trabalho importante quando aos programas de reflorestamento em referência a distribuição de eucálptos e pinheiros feita pela rede de extensão de Angónia para minimizar o problema de desmatamento.

¹⁹⁰ .Jaime Banda, entrevista, Ulónguè, 14.03.98.

¹⁹¹ .Chairodi Biciasse, entrevista, Dzimeza, 11.03.98.

4.5. Angónia no período pós-socialização do campo

4.5.1. Situação da agricultura

O sistema agrícola na Angónia está ainda baseado na cultura do milho, intercalado com outras culturas como feijões, amendoim, abóbora e pepino. Outras culturas praticadas pelos camponeses são a batata-reno, batata-doce e mandioca. Contudo, as culturas mais praticadas pelos camponeses do distrito de Angónia são milho e feijões, devido a sua grande procura no mercado nacional e externo, como o do Malawi.¹⁹²

Grande quantidade destas culturas provêm das terras de sequeiro que dependem das chuvas, que, normalmente, caem sobre Angónia entre Outubro e Abril. O aproveitamento da terra para a agricultura é feito continuamente até ela perder a sua fertilidade, entrando, então, num período de pousio. Outras culturas provêm das zonas baixas onde, para além do milho e feijão, se cultivam cana-doce, tabaco, tomate, alho, cebola, nabiça e outras hortícolas.

A população da Angónia pratica também o cultivo da bananeira, pessegueiro, limoeiro, laranjeira, mangueira e outras árvores fruteiras. Além disso a população da Angónia dedica-se à criação de animais como bois, cabritos, coelhos, porcos e ainda de aves, para o seu autoconsumo e para a venda. Uma pequena parte do gado bovino é treinada para tracção animal, utilizada para lavoura da terra ou para o transporte, pelas camadas mais ricas do campesinato. O restante gado bovino serve como um tipo de banco vendido quando a família tem despesas grandes para cobrir ou abatido para festas e outras cerimónias.¹⁹³

¹⁹² Durante o período de trabalho de campo pude ver camiões saídos maioritariamente de Maputo e Beira a embarcar sacos de milho e feijão no Posto Administrativo de Dómuê, o que comprova a sua grande procura no mercado nacional.

¹⁹³ CEA/UEM, "As famílias camponesas na Angónia...", Op. Cit.:37.

4.5.2. Organização da rede de extensão na Angónia

As actividades de extensão desenvolvidas pelo CAIA terminaram em 1985 devido à guerra entre a Frelimo e Renamo. Com o agravamento da situação, as populações refugiaram-se para os locais mais seguros dentro do país e para o vizinho Malawi.¹⁹⁴

Em 1987, com a melhoria das condições de segurança no distrito, as populações começaram a regressar timidamente e sem certeza à Angónia, fixando-se em locais que ofereciam mínimas condições de segurança. Estas condições existiam nas sedes dos postos administrativos de Dómue e Tsangano para além da vila Ulónguè, a sede do distrito de Angónia.

A evolução estatística da população regressada a Angónia ida do Malawi de 1987 a 1990 pode ser observada no quadro que se segue:

Quadro N.º2: população regressada de 1987-1990

ANOS	NUMERO DE REGRESSADOS
1987-1988	23.300
1989	13.040
1990	2.568
TOTAL	38.908

FONTE: Comissão Distrital de Emergência de Angónia, "Relatório da Comissão distrital de emergência de Angónia," Ulónguè: DDAA, Dezembro de 1990.

Se tivermos em conta que não há dados registados dos regressados internos, isto é, que se havia refugiado dentro do país, o número de regressados foi muito maior ainda.

¹⁹⁴ .A maior parte da população de Angónia se havia refugiado nos distritos malawianos de N'tcheu e Dedzavide Comissão Distrital de Emergencia de Angónia, "Relatório anual da Comissão Distrital de Emergência", Ulónguè: DDAA, Dezembro de 1990:1.

Depois da assinatura do acordo de paz em Roma, houve uma alteração significativa da situação, com o repatriamento voluntário.

A medida que estas populações regressavam iam recebendo apoio do DPCCN (Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais) para suprir as suas necessidades em comida e vestuário. Ao mesmo tempo eram criadas as condições para que estas populações viessem a tornar-se auto-suficientes. Foi a partir dessa altura que se inicia aquilo que é considerado também a actividade de extensão agrária. Essa actividade consistiu na distribuição de insumos agrícolas e apoio no trabalho de lavra:

"Eram-lhes distribuídas áreas de cultivo em média de um hectare para cada família. Entre 1987/90 os serviços de extensão eram mais no âmbito da emergência. Consistiam na distribuição de insumos agrícolas como sementes de milho e feijão, enxadas, machados regadores... eram actividades sem nenhum acompanhamento".¹⁹⁵

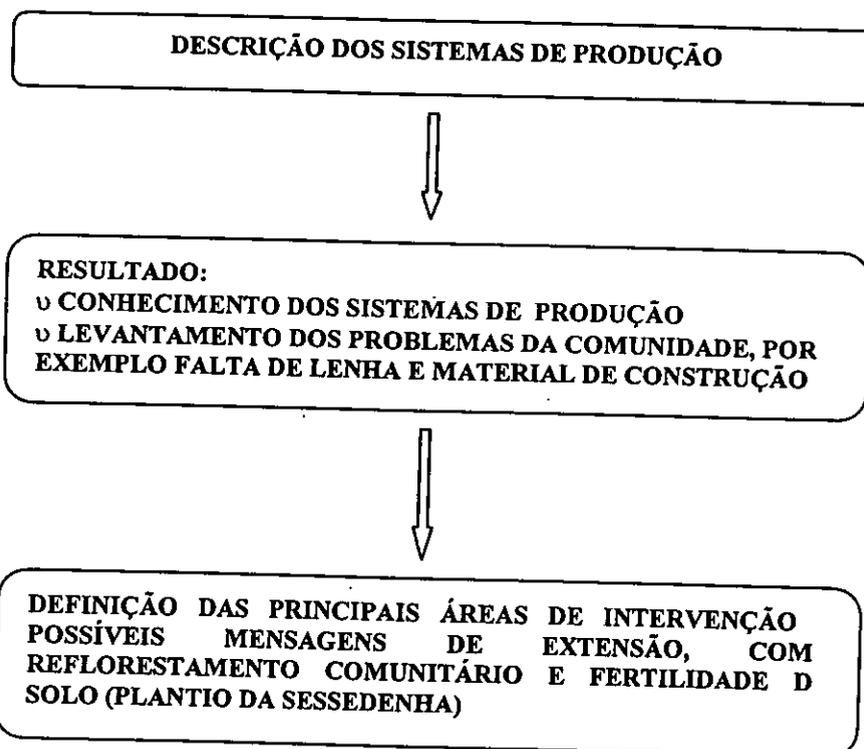
O programa de emergência considerou necessária a retomada da actividade de extensão. Era uma tentativa de fazer com que a população deslocada conseguisse a sua autosuficiência alimentar. O programa de emergência destinava-se às populações que regressavam às suas zonas de origem, uma vez restabelecidas as mínimas condições de segurança.

Estas acções coincidiram com o início da implementação do PRE, que encorajava a participação das empresas privadas e dos camponeses do sector familiar, na economia nacional. Os regressados na Angónia eram na sua maioria camponeses do sector familiar.

Como levar estes sectores, sobretudo o familiar a participar na economia nacional. Achou-se necessário definir as áreas prioritárias em que se deveriam desenvolver as actividades de extensão rural.

Nesse contexto, um levantamento sobre sistemas de produção na Angónia¹⁹⁶ foi recomendado e realizado por Gunilla Akesson de Novembro de 1993 a Fevereiro de 1994. Este levantamento veio a constituir o "documento base do trabalho de extensão na Angónia".¹⁹⁷

Levantamento de Sistemas de Produção na Angónia



O principal objectivo do levantamento era descrever os sistemas de produção e definir as possíveis áreas de intervenção, com a participação activa dos camponeses, e possíveis mensagens de extensão a transmitir.

¹⁹⁵ .Estevão Kanhandula, entrevista, Ulóngue, 15.03.98.

¹⁹⁶ .Este levantamento incluiu também os distritos de Tsanganó e Moatize, que fazem parte da rede piloto de extensão ao nível da província de Tete. Até 1997 esta rede tinha uma cobertura de 19 aldeias com o mesmo número de extensionistas e três supervisores.

¹⁹⁷ .Estevão Kanhandula, entrevista, Ulóngue 15.03.98.

Feito o levantamento dos sistemas de produção nasceu um programa novo de actividades de extensão agrária na Angónia. Nessa base foram definidas as seguintes actividades principais de extensão:

a) *plantio de árvores florestais (reflorestamento)*

Na Angónia, vastas áreas foram deflorestadas e os camponeses, sentindo na pele os efeitos imediatos da destruição do coberto florestal e a escassez de lenha e material de construção, estão preocupados em reflorestar a zona onde vivem.

*O senhor quando chegar a Angónia ha-de ver que são vastas as áreas que não têm árvores, fora os arbustos e capim que inundam vastas áreas. É por isso que o reflorestamento constitui uma das nossas preocupações. É assim que damos assistência às famílias interessadas na montagem de viveiros de eucaliptos e nas plantações individuais.*¹⁹⁸

Na Angónia, a exploração de florestas foi forte durante a guerra. Os refugiados moçambicanos bem como cidadãos malawianos cortavam lenha e material de construção duma forma descontrolada na Angónia. O objectivo era vender ou usar no Malawi.

A situação agravou-se com o regresso dos moçambicanos do Malawi com o fim da guerra em Moçambique. Casas e celeiros foram construídos num período de tempo muito curto. Isso não corresponde a um gasto normal de material de construção.

Esta alteração ambiental explica esta necessidade de reflorestamento no distrito de Angónia. Neste programa as principais mensagens técnicas são: feitura de alfobres, sementeira e a incorporação da massa foliar (sideração).

b) fertilidade do solo

A população está consciente que a fertilidade do solo está a baixar e isso representa uma preocupação séria. Os camponeses já dominam alguns métodos para manter e melhorar a fertilidade do solo (como estrume composto), só que não são suficientemente eficazes ou não têm recursos para os aplicar.¹⁹⁹ Alguns camponeses, entretanto já praticavam o método de semear o arbusto " sessedenha" (*Sesbania Sesban*)²⁰⁰ nas suas machambas por saber que é uma planta fertilizante.

Uma das actividades correntes é a divulgação do método de semear e plantar a " sessedenha" para melhorar a fertilidade do solo. A "sessedenha" é semeada em consociação com o milho. Esta actividade é acompanhada por um trabalho de pesquisa²⁰¹.

Um quadro da agricultura que pediu anonimato disse duvidar da eficiencia da sessadenha na fertilidade do solo. Para ele seria mais producente o uso de adubos quimicos que apesar de serem caros trariam resultados palpáveis em vez de se gastar pouco mais sem nenhum resultado.

Eu penso que o fim da pesquisa em curso indicará a viabilidade da planta sessadenha como fertilizante do solo.

c) viveiros de hortícolas melhorados

Nesta actividade os extensionistas fazem uma demonstração prática de como montar um viveiro melhorado. Este viveiro é semeado com a semente do dono da horta, e é situado ao lado de um viveiro montado no mesmo dia utilizando a técnica tradicional.²⁰²

¹⁹⁸ .Carlitos Saugene, entrevista, Tete, 26.02.98.

¹⁹⁹ .Gunilla Akesson , Participação nas actividades de extensão agrária: Moatize, Angónia e Tsangano, província de Tete, moçambique, Tete: DPAP/Danida, 1996:7.

²⁰⁰ .Sessedenha é uma planta leguminosa que contribuir para manter a fertilidade do solo.

²⁰¹ .Gunilla Akesson, idem.

²⁰² .Durante o levantamento efectuado por Gunilla Akesson, notava-se que no cultivo de hortícolas há uma necessidade de melhorar o aproveitamento da semente e melhorar a preparação de viveiros.

d) venda de árvores de fruta

Segundo Gunilla Akesson, as famílias entrevistadas disseram que gostariam de plantar mais árvores de frutas, mas não conseguem devido ao difícil acesso às plantas fruteiras. Para cobrir esta lacuna, foi iniciado em Angónia um programa de fomento de fruteiras e foram vendidos pessegueiros, ameixeiras, laranjeiras e tangerineiras. A maior parte destas plantas foram destruídas durante a guerra. Para a reposição das árvores fruteiras estão em curso desde 1996 acções de formação quinzenal conduzidas por um agricultor privado experiente contratado pela DANIDA, para a formação de extensionistas e de camponeses escolhidos nas aldeias.

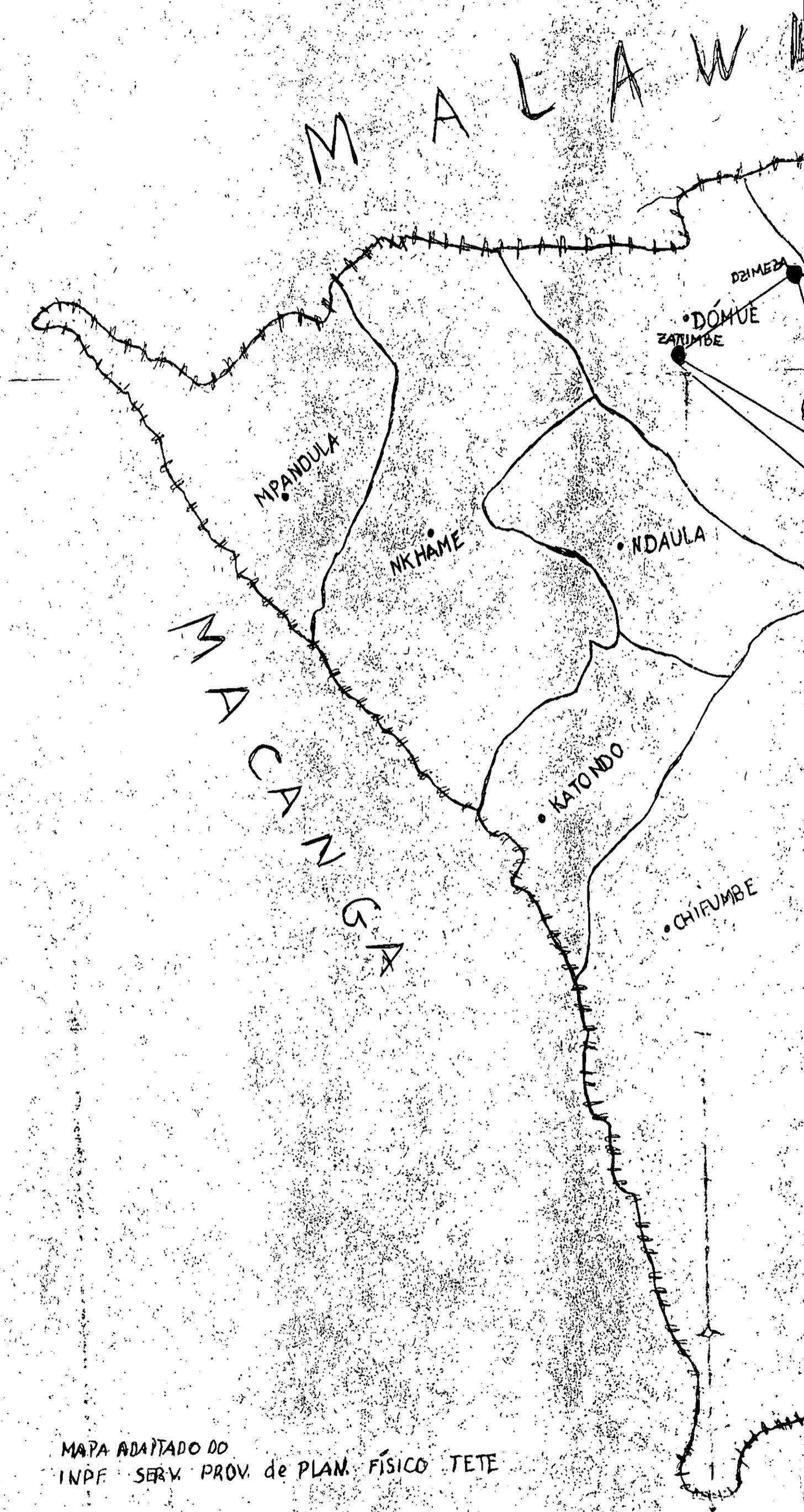
e) ensaios de batata-reno e batata-doce

Os camponeses enfrentavam dificuldades em arranjar sementes, entre outras a semente de batata-reno, ramas de batata-doce e estacas de mandioqueiras. Um dos problemas da semente de batata-reno existente é a sua degeneração. Durante o trabalho de levantamento conduzido por Akesson os camponeses disseram que a falta de ramas de batata-doce podia ser ultrapassada durante um período bastante limitado, porque multiplicam-se rapidamente. No caso de estacas de mandioqueiras o problema era, por um lado, que as mandioqueiras quase desapareceram durante os anos de guerra e, por outro lado, que sentiam a falta de mandioca de ciclo curto.

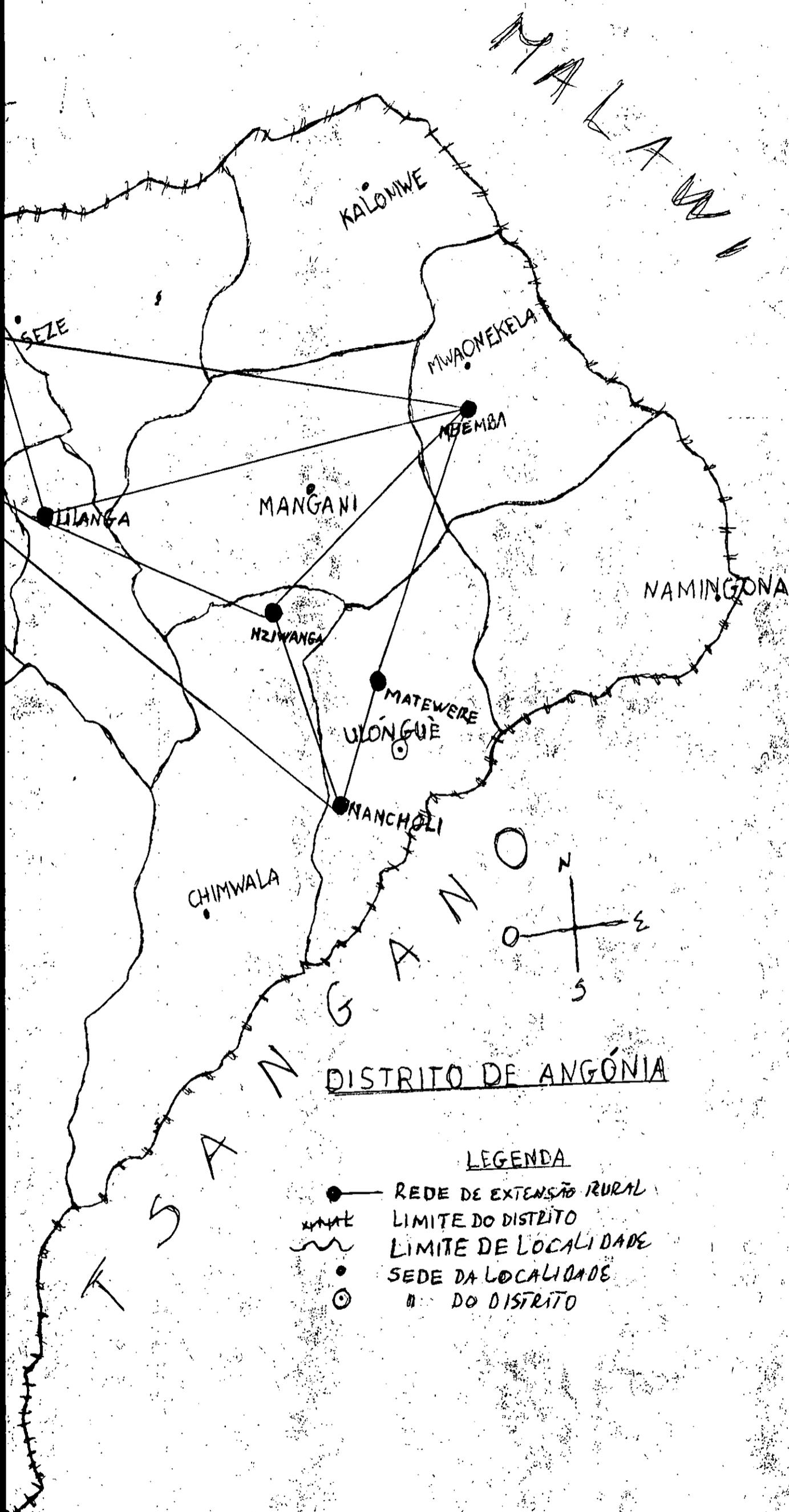
Estas foram as principais preocupações que as populações apresentaram. A resposta está sendo dada pouco a pouco pela rede distrital de extensão rural em Angónia.²⁰³ Até 1997 as actividades estavam concentradas nas regiões de Dziwanga, Nancholi, Matewere, Lilanga, Dzimiza, Zatumbe e Mbemba.²⁰⁴ Em cada uma destas zonas existe um extensionista de campo. No total são sete extensionistas de campo assistidos por um supervisor distrital. Este é um técnico de formação

²⁰³ .Veja o plano de actividades para 1998 nos anexos.

²⁰⁴ .Veja o mapa nos anexos.



MAPA ADAPTADO DO
INPE SERV. PROV. de PLAN. FÍSICO TETE



DISTRITO DE ANGÓNIA

LEGENDA

- REDE DE EXTENSÃO RURAL
- - - LIMITE DO DISTRITO
- ~ ~ ~ LIMITE DE LOCALIDADE
- SEDE DA LOCALIDADE
- DO DISTRITO

Escala 1:250000

Actividades em curso na Rede de Extensão Rural de Angónia-1997

Problemas	Alternativa de solução	Extensão	Mensagens	94/95	95/96	96/97
1-Falta de árvores	Plantação de árvores	Plantação de -Eucaliptos -Acácia -Pinheiro	-Feitura de alfobes -Repicagem -Plantação nas encostas	-Eucal-4030 -Acácia-0 -Pinheir-10	-Eucal-7500 -Acácia-40 -Pinheir-0	-Eucal-14977 -Acácia-100 -Pinheir-200
2-Baixa fertilidade dos solos	-Uso de leguminosas em consociação com o milho -Pousio	Plantação de Sesbania sesban				
3-Segurança alimentar	-Fomento de outras culturas alternativas ao milho	Produção de: -Batata reno -Batata doce				
4-Pragas e doenças	Uso de plantas locais	-Construção de celeiros melhorados -Workshop				
5-Baixa Economia da semente hortícola	Introdução de hortícolas melhoradas	Introdução de viveiros melhorados	-Sementeira em linha -Cálculo de sementes			

média que faz o acompanhamento/avaliação sistemática dos programas de extensão. Além do supervisor, a rede distrital de extensão na Angónia possui ainda três técnicos ramais. Estes são técnicos de apoio especializados numa área específica de conhecimento agrícola, como reflorestamento, hortícolas, fertilidade dos solos.

4.5.3. Os métodos de comunicação na extensão rural

Em Angónia, no período pós-socialização do campo a extensão propriamente dita começa quando foram realizadas várias reuniões em Outubro de 1992.

Realizaram-se várias reuniões em todos os bairros e círculos de Nancholi para informar aos camponeses das vantagens de iniciar as lavouras das suas machambas para semear logo às primeiras chuvas para poder obter bom rendimento produtivo.²⁰⁵

Nas suas zonas de acção, os extensionistas realizaram actividades de formação de camponeses sobre algumas técnicas agrárias.

As primeiras técnicas divulgadas e utilizadas partem desde compasso (distância necessária na separação de uma planta da outra), densidade (o número de plantas que devem existir numa única cova), a selecção de sementes, preparação de viveiros e transplantação, assim como o controlo fitossanitário e a preparação de estrume composto para efeitos de adubação.²⁰⁶

Contudo, a actividade de extensão agrária ganha mais impulso a partir de 1994, depois da realização do levantamento sobre sistemas de produção por Gunilla Akesson.

²⁰⁵ .DDA-ANGONIA, "Relatório das actividades desenvolvidas durante o mês de outubro de 1992".

²⁰⁶ .João Roque Maendaenda, Programas gerais de reabilitação da produção agrária nos distritos prioritários: Projecto de proposta e acções sectoriais do impacto a curto prazo na recuperação dos níveis de produção agrária nos distritos da província de Tete, Maputo: DNDR, 1989:9.

Até 1997, existiam em Angónia sete extensionistas. Estes estão distribuídos pelas respectivas aldeias onde trabalham.

Os extensionistas são naturais de Angónia e de idades compreendidas entre 30 e 35 anos, portanto jovens, na sua maioria com um nível básico de escolaridade, complementada com formação básica em extensão rural. O facto de serem naturais da região tem vantagem quanto à comunicação- mesma língua, mesmos costumes... por outro tem desvantagens porque devido à idade ou mau comportamento, podem não ser tomados a sério pelos mais velhos. Contudo a parte escolar dos extensionistas tem muito peso no seu relacionamento com os camponeses:

"Eles sabem,... afinal estudaram aquilo que tem nos ensinado. Estiveram em Fonte Boa [antiga Escola Básica de Fonte Boa, a vinte quilómetros de Ulónguè] a estudar agricultura... estão a ensinar-nos o que aprenderam".²⁰⁷

Duma forma geral, estes extensionistas são considerados importantes no campo:

"acompanhamos muita coisa com os extensionistas. Se há muita chuva, como devemos trabalhar a terra e o que semear...isto graças ao apoio dos extensionistas. A presença deles aqui [Dzimeza] é importante".²⁰⁸

Os extensionistas encontram-se alojados em casas de material convencional (casas de alvenaria), construídas com o apoio do projecto DANIDA-DPAP-Tete. O supervisor e os três técnicos ramais vivem na Vila Ulónguè, a sede do distrito de Angónia. Todos têm veículos motorizados o que facilita o contacto com os extensionistas de campo, no cumprimento de um programa de actividade.²⁰⁹

²⁰⁷ . Jakob Chikufurani, entrevista, Dzimeza, 11.03.98.

²⁰⁸ . Floriano Djo, entrevista, Dzimeza, 11.03.98

²⁰⁹ . Manuel Chá, entrevista, Ulónguè, 03.03.98.

Texto de errata

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
ii	6	instituições	instituições
iv	5	socializa,cão	socialização
Quadro resumo	3	e extensão	na extensão
vi	5	limitantes	limitação
3	7 (roda-pé)	o3.3.98	03.03.98
5	9	obejectivo	objectivos
6	13	uteis	úteis
7	5	certa perguntas	certas perguntas
7	10	N'tengo-wambalame	M'tengo-wambalame
17	3 (roda-pé)	exetensão	extensão
30	11	projectos FO-7	projecto FO-7
30	13	desenvoverem	desenvolverem
33	5	desenvimento	desenvolvimento
34	13	pós-independencia	pós-independência
34	14	que então	que até então
34	2 (roda-pé)	diagnostico	diagnóstico
34	3 (roda-pé)	oreliminar	preliminar
35	8	CO-!	CO-1
35	5	projecto &	projecto 7
39	5 (roda-pé)	conselgo	conselho
39	7 (roda-pé)	sectore	sector
42	2 (roda-pé)	Angonia	Angónia
45	1	obdecer	obedecer
45	19	sementairas	sementeiras
47	2	razos	rasos
47	4	apari,cão	aparicção
53	3	actitude	atitude
53	4	as	às
62	10	não	mal
62	15	o trabalho que é feito agora pelos extensionistas da rede piloto de Angónia	as mensagens da Rádio Malawi

62	20	quando	quanto
63	2 (roda-pé)	embarcar	carregar
69	1 (roda-pé)	nos anexos	a seguir
78	2	extensão	extensão
78	10	inovações	inovações
78	11	propositos	propósitos
79	11	as reuniões	nas reuniões

O programa de extensão da rede de Angónia faz-se através de encontros bimensais, que são realizados no sub-centro de formação agrária em Angónia, localizado na Vila Ulónguè. Nestes encontros participam também agentes de extensão de outras redes de extensão na província. Estes encontros destinam-se, para além da programação, a avaliação, formação e uniformização dos métodos de trabalho nas actividades de extensão na província de Tete. Esta tem sido uma oportunidade óptima de troca de experiência entre os técnicos de extensão dos três níveis: provincial, distrital e do campo.

Além dos encontros bimensais realizam-se outros de 15 em 15 dias da responsabilidade do supervisor dentro do distrito, que servem para a especificação, clarificação das actividades, reciclagem aos extensionistas e recolha de dados para a elaboração do relatório final.²¹⁰

Em 1996/97 uma série de acções foram desenvolvidas para que de facto, o extensionista tivesse uma maior abrangência e que pudesse alargar as suas zonas de influência, usando, deste modo, camponeses que assimilaram a matéria, como formadores de outros, ao que se chama "*sistema de extensão de camponês para camponês*".²¹¹

Este sistema abrange as actividades de viveiros florestais e estabelecimento de campos de observação da sessadenha, reposição de árvores fruteiras, viveiros melhorados de hortícolas, feijões e variedade de batata-reno²¹².

As principais actividades dos extensionistas de campo naquele distrito têm sido as de emissão de mensagens de informação técnica e aconselhamento sobre estes temas, definidos como prioritários segundo o levantamento feito por Gunilla Akesson.

²¹⁰ .Carlitos Saugene, Entrevista, Tete, 26.03.98.

²¹¹ .DPAP-TETE, "Balço preliminar das actividades de extensão da campanha agrícola 1996/97", Tete:DPAP, 19/10/97.

²¹² .Estevão Kanhandula, entrevista, Ulónguè 15.03.98.

O método de comunicação²¹³ na extensão tem sido a reunião. Tida como um dos melhores meios para a motivação,²¹⁴ a reunião é mais usada no campo porque ela consegue envolver o maior número de pessoas. Este é método de comunicação que no campo é usado desde os tempos mais longínquos.

"Vêm perguntar-nos como semeamos milho... nós explicamos que é assim... eles vão... depois aparecem e ensina-nos as formas melhoradas de semear milho... isso é feito em reuniões. Aqui no campo a reunião é muito eficiente na comunicação. Foi sempre assim que nos comunicamos".²¹⁵

Pelo que pude observar no campo, a reunião é um grande meio para a transmissão de qualquer informação e os extensionistas usam-na frequentemente. Foi usada normalmente para obter resultados alargados a um grupo de pessoas. Isto verifica-se habitualmente porque na Angónia não existia outro meio de comunicação melhor para abarcar duma vez maior número de pessoas. Mas a reunião é mais frequente nos primeiros momentos das actividades de extensão como era em 1997. Depois, a comunicação passa a ser entre aqueles que já tiveram contactos com os extensionistas e os que ainda não tiveram. Isso é ainda incentivado com o facto de se ter adaptado na Angónia o sistema T e V cuja implementação é com base nos grupos de interesse. As actividades de extensão são adaptadas aos interesses e necessidades exprimidas pelos camponeses no levantamento sobre os sistemas de produção:

"O trabalho do extensionista era baseado no contacto entre este e um grupo fixo de camponeses... como este sistema não é ainda eficiente adoptou-se: primeiro- grupos de

²¹³ Entendido que cada método de extensão é um método de comunicação, uma vez que "sem comunicação não há extensão"-vide MAP/DNER, "Estratégia de comunicação: Plano director", Maputo: DNER, 1997.

²¹⁴ Contudo é preciso ver que há outros meios de comunicação ou de extensão, tais como: demonstração prática, dias de campo, etc.

²¹⁵ Floriano Djo, entrevista, Dzimeza, 11.03.98.

camponeses, segundo interesses. O sistema é rotativo... não é fixo; segundo- a actividade é entre a comunidade. A comunicação é feita entre as populações".²¹⁶

Quadro N-º3: Adaptações principais na integração dos princípios do sistema T & V na Angónia

SITEMA DE T & V PURO	ADAPTAÇÃO DO T&V NA ANGÓNIA
Grupo de produtores fixos	Grupos de interesse: o produtor define qual é a mensagem que quer receber
Camponeses de contacto permanentes	Camponeses de contacto num sistema rotativo

Os serviços provinciais de extensão rural seguem um método de trabalhar que é adaptado às condições locais. As actividades são identificadas na base das explicações e necessidades exprimidas pelos camponeses.

O que se nota é que mesmo com grupos de interesse a reunião predomina como meio de transmissão de informação nesta fase inicial em que a rede de extensão da Angónia está sendo montada. Há grupos de interesse que participam na actividade de extensão rural. A comunicação é sempre feita através de reuniões só que há mais liberdade de opção. A informação não é apenas no sentido único. É também de camponês para o extensionista. A comunicação agora dá muita abertura ao camponês.²¹⁷

Nestas reuniões com camponeses, os extensionistas apresentam alguns meios de comunicação de massas como albuns seriados folhetos e cartazes²¹⁸, mas não está muito implantado. Há alguma particularidade nos serviços de extensão em Angónia. O campo é

²¹⁶ .Antony Van De Loo, entrevista, Tete 26.02.98.

²¹⁷ .Manica da Costa, entrevista, Tete 20.03.98.

maioritariamente trabalhado pelas mulheres. Mas o contacto entre o extensionista e a população rural é feito na sua maioria por homens.

"Nós é que fazemos chegar a informação sobre as actividades agrícolas. Exceptua-se alguns casos como quando a mulher não tem marido, mas são poucos casos. Estas informações sobre agricultura são dadas as nossas mulheres na machamba. Depois, os extensionistas vêm ver como estão a desenvolver-se as culturas".²¹⁹

No entender de Manuel Chá²²⁰ a falta da liberdade de expressão da mulher rural em Angónia faz com que ela não vá as reuniões sobre extensão. Há ainda outros motivos, como a própria cultura do campo dá papel preponderante ao homem quando se trata do contacto entre os camponeses e as instituições estatais, no geral, e as autoridades de extensão, em particular. As mulheres vêm como os maridos implementam os conhecimentos recebidos nas suas machambas.

Mas normalmente, a comunicação é feita para um grupo de camponeses formados na base do seu interesse em relação à uma actividade agrícola.

No momento do primeiro contacto camponês-extensionista (ou outro agente de extensão), a reunião desempenha um papel preponderante. Quem cria as condições para a reunião são as autoridades locais sobretudo Chiwangas e Nyakwawas. Estes têm sido os primeiros a serem contactados pelos extensionistas de campo. Através dos seus mensageiros, os chiwangas ou nyakwawas informam as populações a comparecerem a reunião, num determinado local. É na reunião onde os extensionistas transmitem as mensagens de extensão agrária. Dai seguem as outras fases de comunicação, como visitas colectivas, visitas individuais, montagem de campos de

²¹⁸ .Sebasteão Kategulo, entrevista Dómuè 09.03.98.

²¹⁹ .Camponês falando num grupo de camponeses em Dzimeza 11.03.98. A maioria concordou acenando a cabeça.

²²⁰ .Manuel Chá, entrevista, Ulónguè 03.03.98.

demonstração, etc. Mesmo assim, quando há necessidade de transmitir qualquer informação para maior número de pessoas convoca-se as populações para uma reunião.

Como dizia, numa primeira fase de contacto, a reunião é muito importante, mas num outro estágio da evolução das culturas, os outros métodos, como visitas individuais, visitas colectivas, campos de demonstração de resultados assumem-se também importantes. Contudo estes outros métodos de comunicação são mais levado em conta depois de a reunião ter cumprido suficientemente a sua acção mobilizadora, de modo a convencer o camponês a participar em programas de extensão. Na Angónia são os extensionistas que promovem reuniões com os camponeses, numa primeira fase, depois segue-se a aplicação de outros métodos de extensão, como visitas, demonstração, etc.

CAPÍTULO V: A MUDANÇA DE UMA ESTRATÉGIA E A PERMANÊNCIA DE UM MÉTODO

A conclusão a que chego é de que, apesar de ter havido mudanças no contexto político, económico e social no país durante o período posterior à independência, a reunião era, até 1997, o método de comunicação na extensão rural mais usado. Quer no período de socialização do campo quer no pós-socialização a reunião predominou como método de comunicação na extensão pelas razões seguintes:

1- era bom método de mobilização e persuasão e assim, tendo em conta que muitos camponeses em Moçambique- em particular no distrito de Angónia- pouco sabem das vantagens da extensão rural, respondia melhor às políticas do governo moçambicano de mobilizar os camponeses para se envolverem nesta actividade;

2- a inexistência de meios de comunicação social nacionais, sobretudo a Rádio, que, quando usados em muitos países nos programas de extensão rural, abarcam maior número de camponeses e, contrariamente, na Angónia em particular, não havendo meios de comunicação social nacionais, a reunião foi a mais usada por ser único método de comunicação na extensão que envolvia mais camponeses;

3- a natureza do trabalho do extensionista de campo na Angónia- o de emissão de mensagens de informação e aconselhamento técnicos sobre temas definidos como prioritários, tais como reflorestamento, fertilidade do solo, densidade das sementes- leva-o a usar a reunião, de modo a atingir, de uma única vez, maior número de camponeses;²²¹

²²¹ . Mesmo para casos de demonstração prática que não é feita apenas para uma pessoa.

4- por ser uma prática local como método de informação. O que se fez foi usar esta prática local para os programas de extensão rural, uma vez que, para se convocar a reunião com camponeses, os extensionistas contactam os líderes locais: os pfumos, indunas, chuangas e nyakwawas e estes, por sua vez, contactam os mensageiros que informam aos camponeses da realização de uma reunião sobre extensão rural num determinado lugar e hora;

5- a reunião é neste momento, o método apropriado para um país com poucos recursos humanos e materiais, como o nosso. Recursos humanos de modo, por exemplo, a permitir que o extensionista empregue o método individual, no qual se relaciona com os camponeses numa base de um para um, tomando o seu contacto mais fluido e facilitando a comunicação bidireccional. Recursos materiais como dinheiro para se comprar uma Rádio Comunitária que se envolva na difusão de inovações agrícolas. Desde de 1997 existe uma Rádio Comunitária em Angónia e um dos propositos é a radiodifusão de programas de extensão rural.

A necessidade de mobilizar os camponeses com vista a sua participação nos programas de extensão rural e considerando que a reunião é um grande método de mobilização e persuasão, fez com que, apesar da mudança das estratégias de desenvolvimento, a reunião continuasse como método de comunicação na extensão mais usado no período que vai entre a independência e 1997. Todos os participantes das reuniões com os extensionistas foram transmissores do conhecimento para os outros, através de reuniões ou demonstração prática nas suas machambas. Contudo, se nos dois períodos a reunião foi muito usada, não quero dizer com isso que não foram empregues outros métodos de comunicação na extensão (como visitas-individuais e colectivas-, demonstração prática, dias de campo, etc.). Quero referir apenas que a reunião foi a mais empregue. Mas como nada é perfeito a reunião como método de comunicação na extensão enferma de algumas desvantagens,

sendo de destacar as seguintes:

1- os homens são os que mais participam nas reuniões sobre extensão quando, ao contrário, quem vai a machamba é a mulher (esposa). Os homens transmitem a informação as suas esposas (quer em casa quer mesmo na machamba), como me disseram, mas é uma informação que chega distorcida de realidade, tendo presente um princípio de comunicação segundo o qual quando há muitos intermediários no processo de transmissão de informação, esta chega ao último com distorção;

2- muitas vezes participam nas reuniões pessoas com mais recursos económicos ou algum estatuto social, porque a reunião, uma vez que é convocada pelos chefes locais, tem muitas vezes uma conotação política o que não preocupa muito aos camponeses com pouco recursos;

3- as reuniões o extensionista discute os problemas com os camponeses, mas muitas vezes a comunicação é unidireccional, porque ele é obrigado a seguir as directrizes que foram elaboradas com base no estudo sobre os sistemas de produção na Angónia.

Contudo, apesar destas desvantagens a reunião foi o método de comunicação na extensão mais usado nos períodos de socialização do campo e no pós-socialização do campo pelas razões já apresentadas.

Bibliografia

Abrahamsson, Hans, Moçambique em transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1982, Maputo: CEEI/ISRI, 1994.

Adam, Yussuf, "Aula de 12 de outubro de 1996", Faculdade de Veterinária, UEM, Maputo.

Adam, Yussuf, "V Congresso: Implicações para o desenvolvimento rural", EXTRA 2, Setembro/Dezembro, 1989.

Adam, Yussuf, Cooperativização agrícola e modificação das relações de produção no período colonial em Moçambique, Maputo: UEM (Tese de licenciatura), 1986.

AHM, SE a IV pp. 14-49, Missão de Fomento e povoamento do Zambeze, Elementos económicos e sociais do agricultor nativo.

Akesson, Gunilla, A participação nas actividades de extensão agrária: Moatize, Angónia e Tsangano, Província de Tete, Moçambique, Tete: DPAP/DANIDA, 1996.

Alves, Marcelino e Vasconcelos, Leite, "Estratégia de Comunicação para extensão", Maputo: DNR.

Anuário de Moçambique de 1970/71: 1264-1265.

Augusto, Luis, Metodologia de extensão agrária: Filosofia, princípios e métodos, Maputo, 1993.

Augusto, Luis, Camões, José, Azevedo, João de, Metodologia de extensão rural, Maputo: CFA/MINAGRI, 1987.

Araujo, Manuel de, As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população rural na República Popular de Moçambique, Lisboa: Finisterra, 1983.

Boletim da República N.º 12, "Diploma Ministerial N.º 41/87 de 25 de Maio".

Bordenave, Juan Dias, "Extensão rural: Modelos e métodos", Rio de Janeiro-UFRRJ, 1995.

Bordenave, Juan Dias, O que é comunicação rural?, São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

Borges Coelho, João Paulo, "Tete, 1900-1926: O estabelecimento de uma reserva de mão-de-obra", Arquivo N.º7, Maputo, 1991:103-132.

Boswijk, Mirjam, "Agricultural extension in Zambezia, Mozambique: Models, strategies and farmer's realities-A case study", Wageningen Agricultural University (tese para a obtenção do grau de mestrado), 1993.

Bognoux, Daniel, "Novas formas de se estar juntos", CORREIO DA UNESCO 4, Abril, 1995.

Bowen, Merle L., "Agricultura camponesa em Moçambique: Caso do Chókwè, província de Gaza", Arquivo 7, Maputo, Abril 1990.

CEA/UEM, "Famílias camponesas da Angónia no processo de socialização do campo", Maputo: CEA/UEM, 1983.

CEA/UEM, "Organizar os trabalhadores das machambas estatais: Caso do CAIA", Maputo:CEA/UEM, 1983.
Comissão Distrital de Emergência da Angónia, "Relatório annual da comissão distrital de emergência", Ulónguè: DDAA, Dezembro de 1990.

Departamento de História/UEM, História de Moçambique, Vol. I: Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886), Maputo: Tempo/UEM, 1988.

Departamento de História/UEM, História de Moçambique, Vol.III: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961, Maputo: Departamento de História/UEM, 1993.

DDAA, "Relatório das actividades desenvolvidas durante o mês de Outubro de 1992".

• DNR/MAP, "Estratégia de Comunicação: Plano director", Maputo:DNR/MAP, 1997.

DPAP, "Balanço preliminar das actividades de extensão da campanha agrícola 1996/97", Tete:DPAP, 19/12/97.

FAO, Communication Strategies for rural development: A case study of the use of campaigns in Lesotho, Roma: Development Support Communication Branch Information Division, 1990.

Freire, Paulo, Extensão ou comunicação? São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

FRELIMO, Relatório do Comité Central ao IV Congresso, Maputo: FRELIMO, 1983.

FRELIMO, Directivas económicas e sociais do IV congresso, Maputo: FRELIMO, 1983.

Fret, Bert, Hermele, Kenneth, Akesson, Gunilla, Ponto de situação e propostas para reorientação MONAP Projecto 7: apoio ao sector familiar, Maputo: MINAGRI 1987.

Gonçalves, Maria Piedade, "Glossário de termos de extensão agrária", Maputo: DNR, 1992.

INIA, "Comunicação no INIA: Ligação entre investigação e extensão"Maputo: Ministério da Agricultura/ Projecto FAO, 1992.

Juergensen, Olaf H.T.,Peasants on the periphery of rural change in Mozambique, c 1960-1992(Tese para PhD):Kingston: Queen's University(Canada), Março de 1996.

Kunczik, Michael, Desenvolvimento e comunicação: Acerca da importância da comunicação nos processos de desenvolvimento, Bona: Druck Center Meckenheim, 1992.

Lampreia, J.Martins, Comunicação empresarial: As relações públicas na gestão, Lisboa: Texto editora, 1992.

LAND TENURE CENTRE, "Segurança da posse da terra e desenvolvimento das empresas agrícolas estatais em três casos específicos nos distritos de Nhamatanda, Manica e Montepuez" (um relatório para o Ministério da Agricultura), 1993.

Ludmann, Ruud, "A formação de quadros da agricultura e extensão rural", Maputo:MINAGRI, 1986.

Ludmann, Ruud, "Relatório sobre as actividades do serviço de extensão no distrito de Angónia entre 1983 e 1985", Maputo: MINAGRI, 1985.

Macdonald, Ian e Hearle, David, Communication Skills for rural development, Nairobi: Evans Brother Limited, 1984.

Maendaenda, João Roque, Programas gerais de reabilitação da produção agrária nos distritos prioritários: Projecto de proposta e acções sectoriais do impacto a curto prazo na recuperação dos níveis de produção agrária nos distritos da provincia de Tete, Maputo: DNR, 1989.

Matos, M.L. Correia Monteiro, "Notas sobre o direito de propriedade da terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da provincia de Moçambique", Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Vol.7, Lorenço Marques, 1965.

Ministério da Agricultura, "Diagnóstico Nacional do sector agrário", Vol.I, Capítulo XII- Instrumento de desenvolvimento agrário (versão preliminar), maputo: MINAGRI/DEA, 1990.

Ministério da Agricultura e Pescas, "Documento sumário sobre o sistema integrado e unificado de extensão", Maputo: Documento apresentado ao III Conselho Coordenador de 18-21 de Agosto de 1998.

Ministério da Agricultura, "Origens do sistema nacional de extensão agrária", Maputo: MINAGRI/DNR, 1990.

Ministério da Agricultura, "Plano estratégico de extensão".

Ministério da Agricultura, "III reunião nacional de extensão rural", Maputo, Outubro, 1997.

Ministério de Agricultura e Pescas, "Estratégia de comunicação: Plano director", Maputo: DNER, 1997.

Ministério de Agricultura e Pescas, "Programa sectorial de investimento público: componente extensão", Maputo, Outubro de 1997.

Ministério das Finanças, "Relatório sobre a situação actual do desenvolvimento agrícola e proposta de alteração a política de crédito", Maputo: Ministério das Finanças, 1978.

MONAP, "Relatório annual, 1984", Abril de 1985.

MONAP, "Relatório annual, 1986", Maputo: MONAP, Maio de 1987.

MONAP, "Relatório de avaliação final para SIDA", Vol.I, Junho de 1990.

MONAP, "Relatório de avaliação final para SIDA", Vol.II, Junho de 1990.

Moore, Mick e Adam, Yussuf, "Projecto 22, zonas verdes da cidade da Beira, 1985-1986" (Relatório de avaliação), Novembro de 1988.

Mosca, João, "Alguns aspectos sobre os efeitos do PRE na Agricultura" Estudos Moçambicanos, 11, Maputo:53/54.

- Mosca, João, "Campesinato: Transformações políticas e económicas", EXTRA 1, Maio/ agosto, 1982.
- Muthemba, Mateus, Cooperativas agrícolas em Moçambique no pós-independência: O caso da cooperativa 25 de Setembro em Boane; Maputo:UEM (Tese de Licenciatura), 1997.
- O'Laughlin, Bridget, "A questão agrária em Moçambique", Estudos Moçambicanos 3, Maputo: CEA/UEM, 1981.
- Oakley, P. e Garforth C., Guia para formação em extensão, Maputo.
- Panguene, Jorge António, "Quem é o extensionista rural", EXTRA 2, Janeiro/Abril, 1992.
"Política e estratégia de informação", Maputo, s/d.
- PNUD, Moçambique: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, Maputo:PNUD, 1998.
- República de Moçambique, "A política agrária e estratégia de implementação", Maputo, Outubro de 1995.
- Rita-Ferreira, António, Pequena História de Moçambique Pré-colonial, Lourenço-Marques: Tempográfica.
- Robson, Paul, Tecnologia rural no distrito de Angónia, província de Tete, 1983-1985, Maputo: Projecto MONAP, 1986.
- Roesh, Otto, "Reformas económicas em Moçambique: Notas sobre a estabilização, a guerra e a formação de classes", Arquivo 11, Maputo 1992.
- Rogers, Everet M., Diffusion of innovations, London: Collier Macmillan Publishers, 1983.
- Serra, António Manuel de Almeida, Política agrária e o desenvolvimento económico e social na República Popular de Moçambique, 1975-1985: Contribuição para o estudo da economia política da República Popular de Moçambique (Dissertação de doutoramento), Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1991.
- Swanson, Burton, Extensão rural, Manual de referência, Roma, 1991.
- Tesfai, Mehari, "Uma apresentação do programa MONAP: Seminário Monap, Maputo, 12 e 13 de Março de 1991, maputo:DEA, 1991.
- Tesfai, Mehari, "As fases e muitas faces do MONAP: Uma apresentação do Programa Moçambique- Países Nórdicos para o desenvolvimento agrário", Maputo: Março de 1991.
- Van Den Ban, A.W, Agricultural extension, New York: Longman, 1988.
- Yeshawalul, Yele, Metodologia de extensão para o estabelecimento de uma rede de extensão agrária, Maputo, Janeiro de 1994.

LISTAS NOMINAL DOS ENTREVISTADOS NO CAMPO

1. Em Maputo

- Emmy Boster
- João de Azevedo

2. Na cidade de Tete

- José Carlitos Saugene-(Chefe do SPER-Tete)
- Antony Van de Loo-(Da DANIDA-Tete)
- Manica da Costa-(Ex-funcionário do CAIA)
- Carlos Gonçalves-(Ex-director do CRED-Angónia)
- Farida Costa-(Delegada da RM-Tete)
- Victor-Marão-(Delegado ICS-Tete)

2. No distrito de Angónia

- Estevão Kanhandula-(director distrital de agricultura-angónia/ antigo funcionário do CAIA)
- Carlos Carneiro-(Agricultor privado/antigo funcionário do CAIA)
- Manuel Chá-(Supervisor da rede de extensão de Angónia)
- Vasco Cuezera-(Técnico extensionista da Visão Mundial em Dómuè)
- Sebastião Kategulo-(Extensionista da área de influência de Dómuè)
- Aurélio João Baptista-(Técnico ramal de florestas)
- Jaime Banda-(funcionário da Casa Agrária de Angónia/antigo extensionista do CAIA)
- Filipe Vilela-(Director da Estação Zootécnica de Angónia)
- Damiano Patice-(Ex-responsável pelo Pilotão no Bloco do CAIA, área de influência do Dómuè)
- Fabião Borge-(Agricultor privado de Dómuè)
- Satar-(Agricultor privado de Dómuè)
- Chairodi Biciassi-(Chiwanga de Dzimeza)
- Rosário Trindade-(Nhakwawa de Dómuè-Sede)
- Jakob Chikufurani-(Ex-chefe adjunto da cooperativa agrícola "7 de Abril" em Dzimeza)
- Floriano Djo-(Camponês de Chabuni-área de Dzimeza)
- Grupo de camponeses de 12 elementos de Dómuè-sede
- Grupo de camponeses de 10 elementos de Dzimeza